

CENTRO DE ACOLHIMENTO

REFLEXÕES SOBRE A INVISIBILIDADE DA
PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA E DO
PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO EM SALVADOR-BA

JÉSSICA SANTOS | TRABALHO FINAL DE GRADUAÇÃO
ELISÂNGELA LEÃO | UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR



JÉSSICA DA SILVA SANTOS

CENTRO DE ACOLHIMENTO:
REFLEXÕES SOBRE A INVISIBILIDADE DA PESSOA EM SITUAÇÃO
DE RUA E DO PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO EM SALVADOR-BA

Trabalho final apresentado à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Católica do Salvador como requisito para obtenção de nota final na graduação em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof^a Me. Elisângela Leão

SALVADOR
2020

AGRADECIMENTOS

AGRADECIMENTOS

Minha gratidão a Deus, que é a minha fonte de alegria e satisfação e a quem eu sempre desejei honrar desde muito antes do início dessa trajetória.

Aos meus pais Bernadete da Silva e Izailton Ferreira que não mediram esforços para que eu alcançasse os lugares que eles não puderam.

Aos meus amigos que oraram por mim e não deixaram de perguntar e se interessar sobre o que eu estava produzindo. Em especial a Débora que me ajudou na escolha do tema e me fez entender que o TCC poderia ser mais fácil do que eu imaginava.

À Cruzada Estudantil e Profissional para Cristo (CRU) Salvador que me fez enxergar a universidade com outros olhos e tornou esses 5 anos mais leves e prazerosos. Que bom que encontrei vocês!

Aos missionários, radicais e voluntários da Cristolândia que foram muito intencionais em me apresentar as carências, dificuldades e alegrias do trabalho com as pessoas em situação de rua, em especial Irana e Otávio que aceitaram responder muitas das minhas perguntas e cooperar com essa pesquisa.

Aos professores que ao longo desses 5 anos não hesitaram em compartilhar o que sabiam, em especial minha orientadora Elisângela Leão que foi responsável por extrair o melhor de mim, e às minhas amigas de turma que protagonizaram cenas inesquecíveis nos laboratórios, na varanda gourmet e no BUS UCSAL. Torço muito pelo sucesso de vocês!

RESUMO

RESUMO

O projeto do Centro de acolhimento visa oferecer soluções diversas para o cuidado da pessoa em situação de rua através de espaço acolhedor que preste atendimento às necessidades básicas, assistência social e capacitação de maneira a contribuir no resgate da estima e autonomia das pessoas em situação de rua. O trabalho tem como objetivo a elaboração de um projeto arquitetônico, urbanístico e paisagístico de um Centro de acolhimento a pessoas em situação de rua, através do reuso do patrimônio histórico, na região do Centro Antigo de Salvador, Bahia. O caminho metodológico empregado envolveu um extenso trabalho de pesquisa, leitura e síntese de notícias, artigos, leis, dissertações e teses relacionadas ao tema, pesquisas de outras edificações de mesma função, entrevista com profissionais que atuam com o público alvo e produção de mapas, dos mais diversos, para maior compreensão da poligonal de estudo. Como resultado, estima-se evidenciar as contribuições que o trabalho do arquiteto e urbanista pode oferecer para a discussão e a proposição de espaço mais humano, visando a reintegração social e familiar destes que experimentam uma série de infortúnios sociais.

Palavras-chave: Trabalho de Conclusão de Curso. Pessoa em situação de rua. Assistência Social. Redução de Danos. Reuso do Patrimônio. Salvador/BA.

ABSTRACT

ABSTRACT

The shelter Center project aims to offer different solutions for the care of people on the street through a welcoming space that meets basic needs, social assistance and training in order to contribute to the recovery of the esteem and autonomy of people who live in the street. This paper aim is to elaborate an architectural, urbanistic and landscape design of a shelter Center for people living on the streets, reusing antique buildings in Centro Antigo, a historical region of Salvador, Bahia. The methodological approach employed involved extensive research, reading and analysis of pieces of news, articles, laws, dissertations and theses related to the theme; research of other buildings with the same function, interviews with professionals who work with the target audience and production of maps, of the most diverse, for a better understanding of the polygonal study. As a result, it expects to highlight the contributions that the work of the architect and urban planner can offer to the discussion and proposition of a more humane space, aiming at the social and family reintegration of those who experience a series of social misfortunes.

Keywords: Homeless person. Social assistance. Reuse of historical buildings. Salvador/BA.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Indivíduo dormindo sob a calçada	16
Figura 2	Ato relembra o “Massacre da Sé” em 2017	19
Figura 3	Pessoas em situação de rua se abrigam debaixo de viaduto	18
Figura 4	Sede do Projeto Axé no Pelourinho	20
Figura 5	Pessoas em situação de rua dividem espaço sob sombra	22
Figura 6	Exemplo de mobiliário hostil	28
Figura 7	Unidade do Centro POP Pau da Lima	38
Figura 8	Vista noturna da fachada principal do The Bridge Homeless Assistance Center	41
Figura 9	Planta de situação do The Bridge Homeless Assistance Center	42
Figura 10	Iluminação natural nos dormitórios e divisórias para maior privacidade	37
Figura 11	Antigo galpão da oficina de veículos e reparos do Sistema de Transporte de São Paulo	43
Figura 12	Fachada principal do Projeto Oficina Boracea	43
Figura 13	Espaços internos: circulação, refeitório e sanitário do Projeto Boracea	43
Figura 14	Localização do Centro Antigo de Salvador	47
Figura 15	Ladeira de São Bento no século XIX	49
Figura 16	Evolução urbana da poligonal de estudo	49
Figura 17	Mapa de topografia	50
Figura 18	Mapa de zoneamento	51
Figura 19	Mapa de macroárea	53
Figura 20	Mapa de uso do solo	54

Figura 21	Mapa de gabarito	55
Figura 22	Mapa de delimitação da Área de Proteção Cultural e Paisagística	56
Figura 23	Desenho esquemático do trecho das obras	57
Figura 24	Ampliação do espaço nas calçadas	57
Figura 25	Proposta de revitalização do Largo de São Bento	57
Figura 26	Infraestrutura urbana	58
Figura 27	Equipamentos urbanos	59
Figura 28	Mapa de mobilidade urbana e acessibilidade	60
Figura 29	Equipamentos de mobilidade urbana dentro da poligonal	61
Figura 30	Tipologia arquitetônica e construtiva	62
Figura 31	Mapa de delimitação da APA da Baía de Todos os Santos	63
Figura 32	Estudo de insolejamento	65
Figura 33	Estudo de ventilação	65
Figura 34	Largo de São Bento em 1923	67
Figura 35	Planta de Situação	68
Figura 36	Cadastro pavimento térreo	69
Figura 37	Cadastro pavimento superior	69
Figura 38	Fachada principal dos casarões 105 e 106	70
Figura 39	Sinais de deterioração em toda a fachada principal	70
Figura 40	Mapeamento de danos da fachada sudoeste	71
Figura 41	Abandono do Hotel São Bento	71
Figura 42	Levantamento topográfico dentro do lote	72
Figura 43	Estudo de insolejamento e ventilação na preexistência	73
Figura 44	Fluxograma	78
Figura 45	Setorização do programa no pavimento térreo	79

Figura 46	Setorização do programa no pavimento superior	79
Figura 47	Fachada principal do Centro de Acolhimento	80
Figura 48	Vista de esquina do Centro de Acolhimento	80
Figura 49	Modelo proposto do painel invisível	81
Figura 50	Painel invisível aplicado a fachada	81
Figura 51	Planta baixa pavimento térreo	82
Figura 52	Interligação da Avenida Sete de Setembro e a Rua Visconde de Ouro preto	82
Figura 53	Paisagismo da área de convivência	83
Figura 54	Vista amplificada da parte posterior da edificação	83
Figura 55	Proposta de mobiliário com caixotes	84
Figura 56	Planta baixa pavimento superior	84
Figura 57	Imagem noturna de implantação do projeto	85

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Temperatura e chuva em Salvador

65

LISTA DE TABELAS

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Programa de Necessidades e Pré dimensionamento

78

LISTA DE QUADROS

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Legislação Específica	33
Quadro 2	Comparativo de atendimento a necessidades básicas	40
Quadro 3	Comparativo de atendimento a necessidades específicas	40
Quadro 4	Parâmetros de ocupação do solo	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
CadÚnico	Cadastro Único
CAS	Centro Antigo de Salvador
Centro POP	Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NUAR	Núcleo de Ações Articuladas para População em Situação de Rua
ONG	Organização Não Governamental
POP rua	População de rua
PSR	Pessoa em situação de rua
UAI	Unidade de Acolhimento Institucional

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Justificativa	18
1.1.1 Caracterização da população em situação de rua no Brasil	18
1.1.2 Caracterização da população em situação de rua em Salvador	20
1.2 Objetivos	25
1.2.1 Objetivo Geral	25
1.2.2 Objetivos Específicos	25
1.3 Metodologia	26
2 TEMAS REFERENTES	27
2.1 Referencial Teórico	28
2.1.1 Pobreza e Exclusão social	29
2.1.2 Pessoa em situação de rua	30
2.1.3 Assistência social	30
2.1.4 Restauro	31
2.2 Legislação Específica	32
3 ESTADO DA ARTE	35
4 REFERÊNCIAS PROJETUAIS	40
4.1 The Bridge Homeless Assistance Center	41
4.2 Projeto Oficina Boracea	42
5 CONCEITO DE PROJETO	44
6 ESTUDO URBANÍSTICO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO E TERRENO	46
6.1 Análise da área de intervenção	47
6.1.1 Evolução urbana	49
6.1.2 Análise Topográfica	50
6.1.3 Zoneamento e Macrozoneamento	51
6.1.4 Uso do Solo e gabarito	54
6.1.5 Área de Proteção Cultural e Paisagística	56
6.1.6 Propostas existentes para a área	57
6.1.7 Infraestrutura urbana	58
6.1.8 Equipamentos urbanos	59
6.1.9 Mobilidade urbana e acessibilidade	60
6.1.10 Tipologia arquitetônica e construtiva	62
6.1.11 Estudo Ambiental	63
6.1.12 Estudo Climático	64

6.1.13 Considerações gerais sobre a análise da área de intervenção	66
6.2 Análise da preexistência	67
6.2.1 Planta de situação	68
6.2.2 Levantamento fotográfico	70
6.2.3 Levantamento topográfico	72
6.2.4 Estudos climáticos	73
6.2.5 Considerações gerais sobre a preexistência	74
7 PROPOSTA PROJETUAL	75
7.1 Diretrizes de projeto	76
7.2 Programa de necessidades e dimensionamento	76
7.3 Desenvolvimento da proposta	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	86
REFERÊNCIAS	88
ANEXOS	93

INTRODUÇÃO



INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O autor Manuel Bandeira escreve em seu poema “O bicho” (1947)

Vi ontem um bicho / na imundície do pátio / catando comida entre os detritos.//
Quando achava alguma coisa / não examinava nem cheirava: engolia com voracidade.// O bicho não era um cão / não era um gato / não era um rato. // O bicho, meu Deus, era um homem.

Tal poema tece uma dura crítica social em meados do século passado. Na atualidade a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua desenvolvida pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (BRASIL, 2009) demonstra que o mesmo está longe de ser apenas ficção. Com base nessa pesquisa, estima-se que 31.922 pessoas se utilizam das marquises, viadutos, calçadas, praças e logradouros públicos como moradia e que, na falta de outra opção, vasculham os lixos à procura do que se alimentar (Figura 1).

FIGURA 1: INDIVÍDUO DORMINDO SOB CALÇADA



FONTE: MIRANDA, 2017.
DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://WWW.MPBA.MP.BR/NOTICIA/36275](https://www.mpba.mp.br/noticia/36275)>.
ACESSO EM:19 MAI. 2020

Segundo a Secretaria Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2008) o que unifica as populações de rua é o fato de que, tendo condições de vida extremamente precárias, circunstancialmente ou permanentemente, utilizam a rua como abrigo ou moradia.

Considerando o número crescente de pessoas vivendo nessas condições enquanto multiplicam-se, também, os vazios construídos capazes de atender a essa demanda, este trabalho se propõe a implantar um Centro de Acolhimento a pessoas em situação de rua numa preexistência na cidade de Salvador/BA e, para tanto, foi dividido em sete partes até a elaboração do projeto.

A primeira delas apresenta a relevância do assunto e sua justificativa, por meio da exposição de dados que caracterizam a população em situação de rua no Brasil e em Salvador, enquanto na segunda parte estão relacionados os conceitos principais ligados ao referencial teórico e a legislação específica.

A terceira parte traça uma linha do tempo expondo como vem acontecendo o acolhimento e a assistência à pessoa em situação de rua ao longo dos anos e na parte quatro estão dois projetos tomados como referência na elaboração de espaços para este público.

O conceito de projeto está descrito na parte cinco seguido do estudo urbanístico, na parte seis, que tem por objetivo se aprofundar na compreensão do Centro Antigo de Salvador (CAS) e da área de intervenção. À partir desses dados foram estabelecidas, na parte sete, as diretrizes de projeto e o programa de necessidades, essenciais na setorização e dimensionamento dos espaços.

A soma desses dados possibilitará uma compreensão mais abrangente sobre o público em questão e o local de implantação, aplicando soluções que dialoguem com o entorno e as especificidades locais e de seu público alvo.

JUSTIFICATIVA

JUSTIFICATIVA

A Política Nacional para a População em Situação de Rua, Lei Federal nº 7053/2009, veio para ampliar a discussão no campo das políticas públicas, caracterizar o indivíduo em situação de rua e então traçar diretrizes concretas e que estejam ao alcance das unidades federativas, considerando que o processo de reinserção social acontece de maneira lenta e precisam abranger assistência social, psicológica e de saúde, educação e orientação profissional, entre outros, a fim de tornar o indivíduo protagonista de sua emancipação.

Embora esta lei tenha trazido consigo avanços significativos, em muitos casos prevalece o conceito higienista, principalmente em capitais como Salvador que, além de estarem se estabelecendo como cidade turística, passavam a sediar importantes eventos esportivos como a Copa do mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016. Se utiliza, portanto, de ações pouco efetivas, nesse sentido.

Miranda (2016) aponta que resolver o problema da população de rua, sob essa perspectiva, significava tirá-los da rua a qualquer custo: pela prática da higienização, recolhimento em abrigos, segregação em áreas afastadas dos centros da cidade, em loteamentos que não ofereciam nenhuma condição de emancipação econômica, muito menos política, desses indivíduos.

Vale ressaltar que, muito antes desta lei ser sancionada, grande número de entidades filantrópicas e organizações não governamentais (ONGs) vêm desenvolvendo um papel significativo no que diz respeito a esse indivíduo mas são insuficientes em número de oferta de vagas e, portanto, trabalham na perspectiva da redução de danos.

1.1.1 Caracterização da população em situação de rua no Brasil

O papel desempenhado por ONGs de segmentos distintos não pode evitar barbaridades como o conhecido “Massacre da Sé”, onde sete pessoas foram brutalmente assassinadas enquanto dormiam na Praça da Sé, em São Paulo no ano de 2004 (Figura 2).

FIGURA 2: ATO RELEMBRA O "MASSACRE DA SÉ" EM 2017



FONTE: CRUZ, 2018.

DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://PONTE.ORG/ATO-RECORDER-IMPUNIDADE-DE-MASSACRE-NA-PRACA-DA-SE/](https://ponte.org/ato-records-impunidade-de-massacre-na-praca-da-se/)>.

ACESSO EM: 19 MAI. 2020

As diretrizes para alcançar um grupo tão complexo, volátil e oprimido se tornaram mais claras à partir de 2009 com a implantação da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Esta representou um avanço significativo para assegurar acesso às políticas públicas, promover capacitação e qualificação profissional, bem como outras ações educativas, criação de centros de referência e intermediação para acesso aos programas de casas populares.

Longe de ser um local adequado e seguro à sobrevivência de qualquer indivíduo independente da idade, cor ou gênero, a rua tornou-se o território de pelo menos 31.922 pessoas, segundo a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada entre os anos 2007 e 2008, pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome (Figura3). Até a realização dessa pesquisa não foram indicados outros levantamentos com precisão, tornando este um empecilho para ações direcionadas.

FIGURA 3: PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA SE ABRIGAM DEBAIXO DE VIADUTÓ



FONTE: FUSCHINI, 2020.

DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://PONTE.ORG/A-PANDEMIA-E-A-POPULACAO-EM-SITUACAO-DE-RUA/](https://ponte.org/a-pandemia-e-a-populacao-em-situacao-de-rua/)>. ACESSO EM: 19 MAI. 2020

A pesquisa anteriormente citada representa, portanto, o documento mais completo, quantitativa e qualitativamente, visto que dispõe de dados demográficos e outros indicativos relacionados ao lugar onde dormem, se alimentam e higienizam-se, vínculos familiares e principais motivos de estarem nas ruas. Sobre este último sabe-se que “os maiores são: alcoolismo e/ou uso de drogas (35,5%), perda de emprego (29,8%) e conflitos familiares (29,1%)” (BRASIL, 2009). A pesquisa aponta, também, que o termo “em situação de rua”, que remete a algo temporário, não dialoga com a realidade, visto que

quase metade da população de rua, 48,5%, está há mais de dois anos dormindo nas ruas ou em albergues. Além disso, um terço da população total (30%) está nessa condição há 5 anos. (BRASIL, 2009)

Outros dados que podem ser úteis para a identificação desses indivíduos são: 67% das pessoas se declararam pardas ou negras, 25% não possui nenhum tipo de documento de identificação e 71% exercem alguma atividade remunerada, sendo apenas 2% de carteira assinada e 16% afirmam que sobrevivem apenas de mendicância. Quanto à escolaridade, 64% possuíam o ensino fundamental incompleto, 17% não sabiam ler e escrever e 8% eram capazes apenas de assinar o próprio nome. 80% diz realizar, pelo menos, uma refeição ao dia e 33% fazem a higienização na rua. Entre os pesquisados 89% não têm acesso a qualquer benefício social (BRASIL, 2009).

1.1.2 Caracterização da população em situação de rua em Salvador

Na cidade de Salvador o Projeto Axé (Figura 4), em parceria com a Universidade Federal da Bahia e o Movimento Nacional da População de Rua com uma equipe de 50 pessoas, entre estudantes de graduação, membros do Movimento Nacional da População de Rua e educadores e técnicos do Projeto Axé, realizaram, entre janeiro e novembro de 2017, a “Pesquisa-ação: Caracterização das situações de violações de direitos vividas pela população em situação de rua – crianças, adolescentes, jovens e famílias – na cidade do Salvador”.

FIGURA 4: SEDE DO PROJETO AXÉ NO PELOURINHO

FONTE: A TARDE, 2020.
DISPONÍVEL EM:
<[HTTPS://ATARDE.UOL.COM.BR/BAHIA/SALVADOR/NOTICIAS/2124959-UNIDADE-DO-PROJETO-AXE-E-ROUBADA-PREJUZO-IMPACTARA-NA-RETOMADA-DAS-ATIVIDADES](https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/2124959-unidade-do-projeto-axe-e-roubada-prejuizo-impactara-na-retomada-das-atividades)>.
ACESSO 19 MAI. 2020



Como resultado da pesquisa estima-se que existam na capital baiana entre 14.513 e 17.357 pessoas em situação de rua, sendo 82,6% homens, 15,9% mulheres e 1,5% Queer[1]. Outros dados importantes estão relacionados à cor, idade e origem. Destaca-se que “59,3% destes são negros, 29,6% pardos, 4,3 brancos e outros 6,8% das quais não foram possíveis identificar a cor da pele”.

Quanto à idade “3,2% são crianças entre 7 e 11 anos, 7,5% adolescentes de 12 a 17 anos, 15% jovens de 18 a 25 anos, 67,9% adultos entre 26 e 59 anos e 6,5% de idosos acima de 60 anos” e sobre o processo migratório estima-se que “91,0% da amostra nasceu no estado da Bahia, sendo que 69,9% são provenientes de Salvador, 1,7% região metropolitana e 19,5% de cidades do interior do estado.

Apenas 8,8% migraram de outros estados e 0,2% de outros países”.

Entre os entrevistados 40,2% não tem filhos, 36,3% têm de um a dois filhos, 14,2% têm de três a quatro filhos e 9,2% têm cinco filhos ou mais” [...] 45,2% possuem vínculos familiares mantidos (mantém contato todos os dias/sempre ou toda semana/frequentemente), 33,5% vínculos fragilizados (mantém contato pelo menos uma vez por mês/às vezes ou uma vez por ano/raramente) e 21,3% possuem vínculos rompidos (não mantém contato com a família/nunca). (Projeto Axé, 2017. p.11)

Na geração de renda nos últimos seis meses foram listadas 21 alternativas. Destas

fez “bicos” (60,4%); reciclou (43,6%); trabalhou com carga e descarga de materiais (31,3%); trabalhou como baleiro(a) (30,0%); vigiou carros/flanelinha (26,5%); mexeu em latas de lixo e/ou lixeiras procurando comida e/ou outras coisas (26,1%); pediu comida (25,7%); trabalhou como vendedor ambulante (cervejas, etc.) (25%); esmolou/pediu dinheiro na rua (24,9%); limpou para-brisas de carros (14,9%); trabalhou na sinaleira (malabarismo, vendeu coisas, distribuiu panfletos, etc.; 9,6%); teve relações sexuais em troca de dinheiro e/ou benefícios materiais (8,9%); frequenta o Projeto Axé (recebe bolsa; 7,3%); prestou serviços de forma ambulante (engraxate, amolador de alicates, etc.; 6,2%); vendeu rifas (5,1%); vendeu jornais nas ruas (5,0%); trabalhou como artista de rua (4,0%). No que se refere à realização de atividades ilícitas para obtenção de renda e bens materiais, observa-se que 9,4% entregou e/ou vendeu drogas; 9,2% furtou algo (ex.: de uma loja, vendedor ambulante ou casa) e 6,4% assaltou alguém. (Projeto Axé, 2017. p.18)

[1] Palavra de língua inglesa usada para abarcar pessoas que não seguem o padrão da heterossexualidade e/ou do binarismo de gênero (feminino e masculino), a exemplo das travestis. O termo é usado para representar lésbicas, gays, bissexuais e também pessoas transgênero e/ou transexuais.

35,5% afirmou viver em logradouros públicos, ruas, marquises, praças, viadutos e cemitérios (Figura 5) enquanto

as Unidades de Acolhimento Institucional abrigam apenas 10,3% da população estimada. Quanto à habitação em áreas invadidas/ocupadas e/ou degradadas (acampamentos, ocupações, galpões/prédios abandonados e invasões) 4,4% declarou viver nesta situação. Aqueles que moram em casas/apartamentos/quartos alugada(o)s perfazem um total de 22,3%, já os que afirmaram morar em casa própria somam 21,4% e em casa cedida 6,9%. (Projeto Axé, 2017. p.19)

FIGURA 5: PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA DIVIDEM ESPAÇO SOB SOMBRA



FONTE: MORENO, 2017. DISPONÍVEL EM:
<[HTTPS://WWW.IBAHIA.COM/SALVADOR/DETALHE/NOTICIA/SALVADOR-TEM-22-MIL-PESSOAS-EM-SITUACAO-DE-RUA-APONTA-LEVANTAMENTO/](https://www.ibahia.com/salvador/detalhe/noticia/salvador-tem-22-mil- pessoas-em-situacao-de-rua-aponta-levantamento/)>.
ACESSO EM: 19 MAI. 2020

Quanto às características da área em que vivem “21,5% consideram viver em áreas de risco, 17,1% afirmaram morar em áreas de difícil acesso” e em ambientes insalubres e degradadas.

1.1.3 O DESCASO COM O PATRIMÔNIO

O ser humano teve desde sempre o cuidado de resguardar objetos que fossem importantes à sua sobrevivência apesar de que seu objetivo inicialmente não era o de preservar a história. Embora diversas ações de conservação tenham sido pensadas nos anos que antecedem os séculos XVIII não podemos chamá-la de restauro como é entendido agora. Somente a partir do Renascimento que a busca por imitar a antiguidade greco-romana leva o homem a recorrer ao passado na tentativa de resgatá-lo. Mais tarde, na idade contemporânea iniciada a partir da Revolução Francesa, ocasiona um crítico desaparecimento de monumentos importantes para o Estado. É aí que a sociedade civil passa a dar mais atenção às perdas ocasionadas durante este período de agitação política e social.

Viollet-le-Duc, grande nome da história do restauro defendia que o monumento ou obra de arte deveria ser restabelecido a partir da ideia de como este deveria ter sido feito e assim foi acusado de cometer falseamento histórico diante de obras que pôde restaurar. Este propunha a inserção de novos elementos que não eram correspondentes à época e recebe várias críticas e argumentos contra a sua teoria, em especial vindas de John Ruskin e William Morris cujas ideias se aproximavam mais do anti-restauro, movimento que era a favor da conservação, preservação e constante manutenção dos edifícios antigos.

Opondo-se severamente as ideias de Viollet-le-Duc, Ruskin e Morris, Camilo Boito propõe intervenções em nível intermediário. Ele afirma que todas as partes do monumento devem ser respeitadas e o restauro deve ser uma alternativa em casos específicos. Com essa afirmativa inicia-se um longo caminho marcado por outros teóricos até que em 1931, na Conferência de Atenas, é elaborado o primeiro documento que define regras para salvaguardar esses monumentos. A Carta de Atenas tornou-se a mais importante destes, colocando em evidência o respeito da história por trás dos elementos arquitetônicos e o cuidado especial com a degradação da paisagem por ocasião de novas construções do entorno.

Aprofundando os estudos das cartas, Cesari Brandi ampliou a discussão desses conceitos defendendo que cada edifício é único e portanto deve ser avaliado de maneira única, assim como sua ambiência, seu entorno imediato.

O Restauro Crítico defende também que as modificações que aconteceram ao longo dos anos são importantes testemunhas da história e por isso a edificação não deve ser reconstituída tal como original, mas, quando necessário, deve-se estabelecer visível diferença entre aquilo que é antigo e novo, aplicando técnicas e materiais coerentes com o momento e que sejam harmônicas com a proposta geral.

Sabe-se que a manutenção continua sendo muito efetiva na preservação do patrimônio e o desuso das edificações leva ao arruinamento, porém Salvador, terra do Pelourinho, sítio tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), reconhecido como patrimônio da Humanidade pela Unesco, não está imune às discussões em torno do abandono das edificações de caráter histórico.

Defende-se que um grande investimento financeiro precisa ser feito para devolver a um edifício suas funções e entregá-lo à população e portanto causa prejuízo aos cofres públicos. Deve ser levado em consideração que o desuso do patrimônio na cidade ocasiona um ônus muito maior no quesito segurança, por exemplo, considerando que as pessoas que circulam nesses locais, podem sentir-se desprotegidas visto que os elementos construtivos podem servir de esconderijo para indivíduos mal intencionados, além de atrair insetos e animais dos mais diversos.

Outro fator a ser levado em consideração são as interferências realizadas na fachada a fim de evitar a ocupação e sustentar a estrutura impedindo o colapso total, tais como a vedação completa dos vãos de portas e janelas e adição de escoramentos metálicos, ocasionando a perda paulatina das referências históricas.

Este trabalho evidencia que a máxima do cuidado com a manutenção se aplica também ao ser humano que é o maior patrimônio a ser preservado e que, em suas particularidades, tanto o indivíduo quanto o patrimônio precisam ser olhados com atenção. Surge da inquietação com estas mazelas sociais a qual foi despertada através da experiência de voluntariado na Cristolândia[2] e da percepção da cidade e do número insuficiente de espaços de acolhimento aos invisibilizados. Nesse contexto, o presente projeto se justifica visando projetar um espaço amplo, acessível, adequado às ações de redução de danos, que dialogue com o contexto estudado, as especificidades da população assistida e contribua para a reintegração social e familiar destes que experimentam uma série de infortúnios marcados por pobreza extrema, desemprego, discriminação, rompimento de laços sanguíneos e afetivos associado ao uso de álcool e drogas.

[2] Organização sem fins lucrativos vinculado à Convenção Batista Brasileira que oferece um programa permanente de prevenção, recuperação e assistência a dependentes químicos e codependentes e pessoas em situação de rua. Atuam alinhados às políticas públicas contra a dependência química, com foco na abordagem de rua, atendimentos presenciais, encaminhamentos para a rede socioassistencial, convivência em longa duração e processo de ressocialização do indivíduo.

OBJETIVOS

OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Elaborar um projeto de restauro em um edifício localizado no Centro Antigo de Salvador/BA, com vistas ao acolhimento de pessoas em situação de rua, que dialogue com o entorno, com as especificidades locais e de seu público alvo.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Pesquisar e caracterizar as pessoas em situação de rua bem como os locais onde se utilizam para obter assistência na redução de danos;
- Compreender as principais características do Centro Antigo de Salvador (CAS) através da delimitação de uma poligonal de estudo que permita o mapeamento e estudo mais aprofundado de sua área;
- Viabilizar a oferta de atendimento social individual e coletivo que habilite a pessoa em situação de rua (PSR) a desenvolver suas habilidades e autonomia no processo de emancipação;
- Investigar as potencialidades envolvidas no reuso do patrimônio na região do CAS e adequar os espaços existentes a nova função empregando técnicas compatíveis com a materialidade construída;
- Propor espaços convidativos à permanência que auxiliem no processo de reintegração social e que ofereçam condições de habitabilidade, segurança e acessibilidade;
- Projetar áreas para refeições, higiene, capacitação e dormitórios que sejam adequadas às condições de conforto térmico e acústico.

METODOLOGIA

METODOLOGIA

A implantação de um equipamento como esse requer entender a temática, conhecer as características de outras construções de mesma função e estudar diversos fatores da área de intervenção, relacionando-as. Portanto, para se alcançar os objetivos anteriormente preestabelecidos, foram definidas as seguintes etapas:

1. Pesquisa bibliográfica e documental: Leitura, fichamento e síntese de artigos, dissertações e teses pertinentes à temática das pessoas em situação de rua bem como a legislação específica para compreender e compor justificativa, referencial teórico e estado da arte do dossiê;
2. Visitas de campo: visita aos núcleos de atendimento à pessoa em situação de rua vinculados ao Governo do estado e Prefeitura Municipal em funcionamento na cidade de Salvador para compreensão do processo e característica dos atendimentos e programa de necessidades, à região do Centro Antigo de Salvador, local da intervenção, e à unidade da Cristolândia, situada na Rua Carlos Gomes, para obtenção de dados de natureza qualitativa e quantitativa sobre o número de atendidos e serviços prestados, bem como entrevista com técnicos, voluntários e assistidos pelo projeto e registro fotográfico;
3. Estudos aplicados à área implantação do projeto: levantamento topográfico e cadastral e elaboração de mapas de uso de solo, hierarquia de vias e outros necessários à compreensão da poligonal de estudo;
4. Mapeamento de danos: Elaboração de mapa de danos das fachadas principais da preexistência com o objetivo de identificar avarias e irregularidades presentes na edificação;
5. Desenvolvimento de projeto arquitetônico, urbanístico e paisagístico: elaboração de proposta arquitetônica conforme conceito preestabelecido, que explore soluções atuais e sustentáveis apropriados ao programa de necessidades.

TEMAS REFERENTES



REFERENCIAL TEÓRICO

REFERENCIAL TEÓRICO

A presença de pessoas vivendo nas ruas não é nova. Talvez a terminologia e os motivos para que isto aconteça sim, mas o fenômeno não. Desde a Antiguidade até o presente século este é um fenômeno urbano global.

Vale ressaltar que na atualidade mudou, também, a forma como se constrói a cidade. O desenho urbano da chamada “arquitetura hostil” se transformou num forte aliado na tarefa de expulsar as pessoas em situação de rua dos grandes centros. Pedras ou outros elementos pontiagudos embaixo de viadutos e marquises de agências bancárias, por exemplo, mobiliário curvado, seccionado ou com medidas inferiores são apenas algumas formas de afastar os indesejáveis (Figura 6)

FIGURA 6: EXEMPLO DE MOBILIÁRIO HOSTIL



FONTE: SOUZA ET; AL. 2018. DISPONÍVEL EM:
<[HTTPS://WWW.ARCHDAILY.COM.BR/BR/888722/ARQUITETURA-HOSTIL-A-CIDADE-E-PARA-TODOS](https://www.archdaily.com.br/br/888722/arquitetura-hostil-a-cidade-e-para-todos)>.
ACESSO EM: 19 MAI. 2020

Sem local para se abrigar e frente ao número crescente de pessoas em situação de rua na cidade de Salvador, alternativas vêm sendo desenvolvidas. Porém, a rotatividade do serviço prestado, a articulação dos principais agentes no enfrentamento do problema e a proximidade dessas unidades de atendimento/acolhimento com o local onde a maioria destes estão, parecem ser negligenciadas ou pouco discutidas.

Além da insuficiência no número de vagas ofertadas deve ser considerado também que muitos se recusam a utilizar os serviços de acolhimento, sejam eles de iniciativa pública ou privada. As razões estão relacionadas à estrutura física do local, despreparo dos funcionários e dificuldade para se adaptar às regras. Alguns acabam se acostumando com a solidão das ruas e não desejam dividir o espaço físico com outros, mesmo aqueles de igual condição.

As diretrizes para alcançar um grupo tão complexo, volátil e oprimido se tornaram mais claras a partir de 2009 com a implantação da Política Nacional para a População em Situação de Rua. Esta representou um avanço significativo para assegurar acesso às políticas públicas, promover capacitação e qualificação profissional, bem como outras ações educativas, criação de centros de referência e até mesmo intermediação para acesso aos programas de casas populares.

O referencial teórico para balizar na elaboração de projeto de um centro de acolhimento está apoiado em quatro conceitos principais: pobreza e exclusão social, pessoa em situação de rua, assistência social e restauro.

2.1.1 Pobreza e Exclusão Social

A exclusão social é um conceito complexo que divide opiniões entre os diversos autores que se debruçam sobre o tema. Lombardi (2009) cita Giddens (2005) que, por exemplo, acredita que pobreza e exclusão social não podem estar desassociadas e aponta que

duas abordagens principais têm sido adotadas para explicar a pobreza. Na primeira os pobres são responsáveis por suas próprias situações de desvantagem. Devido a uma falta de aptidões e de motivação ou a uma fraqueza moral, os pobres são incapazes de alcançar o sucesso na sociedade e são, portanto excluídos dela. Alguns passam a depender da assistência externa, como o auxílio da previdência, em vez de construir a sua própria vida. A segunda abordagem afirma que a pobreza é resultado de processos sociais maiores que distribuem os recursos de forma desigual, criando condições difíceis de serem combatidas que também levam a exclusão. (GIDDENS apud LOMBARDI, 2009, p.13)

Escorel também citado por Lombardi (2009) aponta que a falta de bens materiais desqualifica o portador e lhe retira a qualidade de cidadão, como alguém que tem desejos, vontades e sonhos e é aí que a exclusão social acontece. Para o autor a exclusão social significa

o não encontrar nenhum lugar social, o não pertencimento a nenhum topo social, uma existência limitada à sobrevivência singular e diária. Mas, e ao mesmo tempo, o indivíduo mantém-se prisioneiro do próprio corpo. Não há (mais) um lugar social para ele, mas ele deve encontrar formas de suprir suas necessidades e sobreviver sem suportes estáveis materiais e simbólicos. A ausência de lugar envolve uma anulação social, uma diferença desumanizadora, que reveste seu cotidiano com um misto de indiferença e hostilidade. (ESCOREL apud LOMBARDI, 2009, p. 16)

2.1.2 Pessoa em Situação de Rua

Sobre a pessoa em situação de rua, Miranda (2006) ressalta que não é possível caracterizá-la como um indivíduo que não tem um domicílio fixo, como é do entendimento comum. Acredita-se que

o fenômeno está diretamente relacionado à falta de moradia no entanto, sabe-se que o termo *homeless*, utilizado internacionalmente, abarca questões que ultrapassam a situação da falta de moradia. No Brasil, na literatura estudada sobre o tema foram identificados vários termos, desde mendigos, vadios, vagabundos, ociosos, moradores de rua, parasitas, sacizeiros até termos que buscam desconstruir as ideias estereotipadas, preconceituosas presentes nos termos anteriores: povo de rua, população de rua e população em situação de rua. (MIRANDA, 2006, p. 47).

Reconhecendo que são diversos os fatores que contribuem para a ida e permanência destas nas ruas, muitas são as formas de sobrevivência. Silva (2006) aponta que

nos grandes centros urbanos, as áreas de concentração de atividades econômicas comerciais, bancárias ou atividades religiosas e de lazer (supermercado, lojas, bancos, igrejas, bares, praias, centros culturais, centros esportivos, etc.) atraem muita gente e são áreas preferidas pelas pessoas em situação de rua, pela facilidade de receber doações ou obter rendimentos por meio do desenvolvimento de atividades econômicas informais, como a venda de mercadorias de baixo valor comercial, guarda de carro, serviços de engraxates, revenda de ingressos para acesso a atividades culturais e/ou esportivas, etc. (SILVA, 2006, p.91)

2.1.3 Assistência Social

A assistência social, antes de se tornar uma prática instrumentalizada por meio de capacitação técnica era realizada por associações religiosas que, Segundo Geremek (1995), “sempre foram protagonistas na tarefa de acolher os invisibilizados desde a idade média. Outras iniciativas da sociedade civil foram responsáveis pela criação de trabalhos de cunho assistencial, sendo mais tarde conhecidas como redução de danos”. (GEREMECK apud MIRANDA, 2016, p. 97).

Carvalho (2011) ratifica que a prática profissional está amparada pela ética profissional, porém jamais desassociada da solidariedade, mas relacionada ao suprimento dos

direitos individuais, junto à humanidade, aos seus direitos coletivos e de bem-estar [...] A intervenção do Serviço Social é orientada tanto por princípios éticos, autonomia e direitos sociais, como por normas deontológicas onde a responsabilidade social, o bem estar das populações, ganha relevo. (CARVALHO, 2011, p. 240).

Profissionais de assistência social se destacam como os que encabeçam a luta por dar comida a quem tem fome, mas segundo GUERRA (2000), todo trabalho social envolve outras questões e é apenas parte do processo de “prover atendimento às necessidades materiais (comer, beber, dormir, procriar) e espirituais (relativas à mente, ao intelecto, ao espírito, à fantasia) suas e de outros homens”. (GUERRA, 2000, p. 2-3)

2.1.4 Restauro

O ser humano teve desde sempre o cuidado de resguardar objetos que fossem importantes à sua sobrevivência apesar de que seu objetivo inicialmente não fosse o de preservar a história. A idade contemporânea, iniciada a partir da Revolução Francesa, ocasiona um crítico desaparecimento de monumentos importantes para o Estado. É aí que a sociedade civil passa a dar mais atenção às perdas ocasionadas durante este período de agitação política e social e então passa-se a explorar mais o tema. De acordo com a carta de Veneza, de 1964

a restauração constitui uma operação de caráter excepcional cujo objetivo é conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento, fundamentando-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos (CARTA DE VENEZA, 1964, p. 2)

Cesari Brandi, precursor do Restauro Crítico, defende que

A intervenção de restauro depende do reconhecimento da obra de arte como obra de arte, pois é a obra que condiciona a restauração, e não contrário. Assim, a restauração pode ser definida como qualquer intervenção dirigida a devolver a eficiência ao produto ou atividade humana [...] O restauro deverá restabelecer a unidade potencial da obra de arte, sempre que isto seja possível sem cometer uma falsificação artística ou uma falsificação histórica, e sem apagar as marcas do percurso da obra de arte através do tempo (BRANDI, 2004)

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Trabalhar a temática da pessoa em situação de rua envolve, entre outras coisas, conhecer o que se tem disponível na esfera dos direitos humanos e quais as medidas previstas em lei. Foram destacados neste item os artigos pertinentes à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; a Lei Orgânica de Assistência Social e a Política Nacional para População em Situação de Rua.

QUADRO 1: LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA		
LEGISLAÇÃO	EMENTA	ARTIGOS
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	<p>PREÂMBULO - Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte</p> <p>CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.</p>	<p>Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.</p> <p>Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência; III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural; IX - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico; X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;</p>
Lei Federal nº 8.742/1993	<p>Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.</p>	<p>Art. 2º A assistência social tem por objetivos: I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;</p>

		<p>III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.</p> <p>Art. 4º A assistência social rege-se pelos seguintes princípios: I - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica; II - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas; III - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade; IV - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais; V - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.</p>
<p>Lei Federal nº 10.257/2001</p>	<p>Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.</p>	<p>Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social; V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais; XII – proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico; VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar: a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos; b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes; f) a deterioração das áreas urbanizadas;</p> <p>Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei.</p>

Decreto Federal nº 7.053 /2009

Institui a Política Nacional para População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências.

Art. 4o O Poder Executivo Federal poderá firmar convênios com entidades públicas e privadas, sem fins lucrativos, para o desenvolvimento e a execução de projetos que beneficiem a população em situação de rua e estejam de acordo com os princípios, diretrizes e objetivos que orientam a Política Nacional para a População em Situação de Rua.

Art. 5o São princípios da Política Nacional para a População em Situação de Rua, além da igualdade e equidade: I - respeito à dignidade da pessoa humana; II - direito à convivência familiar e comunitária; III - valorização e respeito à vida e à cidadania; IV - atendimento humanizado e universalizado; e V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

Art. 7o São objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua: I - assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda; V - desenvolver ações educativas permanentes que contribuam para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e os demais grupos sociais, de modo a resguardar a observância aos direitos humanos; IX - proporcionar o acesso das pessoas em situação de rua aos benefícios previdenciários e assistenciais e aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica; X - criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços; XI - adotar padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporários, de acordo com o disposto no art. 8o; XII - implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social; XIII - implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente à alimentação pela

		<p>aos programas de transferência de renda, na forma da legislação específica: X - criar meios de articulação entre o Sistema Único de Assistência Social e o Sistema Único de Saúde para qualificar a oferta de serviços; XI - adotar padrão básico de qualidade, segurança e conforto na estruturação e reestruturação dos serviços de acolhimento temporários, de acordo com o disposto no art. 8º; XII - implementar centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social; XIII - implementar ações de segurança alimentar e nutricional suficientes para proporcionar acesso permanente à alimentação pela população em situação de rua à alimentação, com qualidade; e XIV - disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho.</p> <p>Art. 8º O padrão básico de qualidade, segurança e conforto da rede de acolhimento temporário deverá observar limite de capacidade, regras de funcionamento e convivência, acessibilidade, salubridade e distribuição geográfica das unidades de acolhimento nas áreas urbanas, respeitado o direito de permanência da população em situação de rua, preferencialmente nas cidades ou nos centros</p>
Lei Municipal nº 9.281 /2017	Institui normas relativas à execução de obras e serviços do Município do Salvador, e dá outras providências.	

FONTE: BRASIL (1988; 1993; 2001; 2009) SALVADOR (2017) ADAPTADO POR SANTOS (2020)

As Leis mencionadas se relacionam diretamente com o trabalho proposto visto que evidenciam os direitos garantidos a todo indivíduo, tais como alimentação, acolhida. A própria Política Nacional para População em Situação de Rua prevê a criação de centros especializados no atendimento destes, similares à proposta deste projeto. Fica evidente, também, a preocupação com a criação ou manutenção de projetos que beneficiem os mais necessitados e que estão, portanto, mais suscetíveis à exclusão social.

Os artigos destacados da Lei Federal nº 10.257/2001 tem relação direta com a função social da propriedade e o reuso do patrimônio edificado como forma de salvaguardar o caráter histórico do Centro Antigo de Salvador (CAS). Outros artigos tem aplicabilidade na compreensão de que os equipamentos devem ser adequados às necessidades da população, colocando os interesses coletivos acima dos individuais e em conformidade com o Código de Obras que traz as diretrizes técnicas aplicáveis à implantação de um projetos desta ou de outra função na cidade.

ESTADO DA ARTE



ESTADO DA ARTE

ESTADO DA ARTE

Inquestionavelmente as igrejas foram as primeiras a dar atenção às queixas dos invisibilizados. Sob a ótica dos ensinamentos de Cristo os jesuítas prestavam assistência aos pobres e doentes, apesar do pouco recurso técnico e financeiro que dispunham. Segundo Miotto (2004)

No início da colonização portuguesa o país se depara com o aparecimento de novas doenças como a varíola, a febre amarela, malária e lepra que parecem ter sido trazidas tanto pelo colonizador europeu, quanto pelo tráfico de escravos. A assistência aos doentes contava com a ajuda dos religiosos, que mantinham enfermarias próximas aos colégios que fundavam, pois poucos eram os médicos diplomados em Coimbra ou Salamanca que se aventuravam a vir para o Brasil. (MIOTTO, 2004, p.27).

A própria história da Santa Casa de Misericórdia aponta que sem doações particulares ou o recebimento de donativos não seria possível tratar dos enfermos, presos, necessitados e órfãos. Miotto (2004) enfatiza ainda que

durante o período colonial, a situação predominante era caracterizada pela presença dos religiosos, sobretudo jesuítas, dirigindo inicialmente as enfermarias, e logo depois, as Santas Casas de Misericórdia, conforme o modelo hospitalar em uso em Portugal. Estas se multiplicam em algumas cidades, mas atendendo de forma leiga, com poucos recursos técnicos e monetários aos doentes que as procuravam, repetindo aqui, as práticas desenvolvidas na Idade Média: a caridade como uma forma de salvação, de acordo com a filosofia cristã. (MIOTTO, 2004, p.27/8).

Miranda (2016, p. 97) afirma que “a partir de 1827, essas instituições passaram a receber recursos das assembleias provinciais para desenvolver ações de acolhimento para mendigos, crianças órfãs e pessoas debilitadas”. Na década de 80 as cidades de São Paulo e Belo Horizonte são beneficiadas por projetos como a Pastoral do Povo de Rua, que segundo o site institucional[3] foi idealizada por meio da Fraternidade das Oblatas de São Bento e “trabalha estimulando a redescoberta da autoestima e da dignidade do povo da rua”.

Iniciativas mais organizadas como essa são o pontapé inicial para fomentar, embora muito timidamente, a discussão em torno da exclusão social e o crescimento da “população de rua” através do Estado. No processo do estudo da temática o cadastro da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre (2011) ratifica essa ideia e aponta que

[3] Disponível em: <http://arquiocesebh.org.br/arquiocese/atuacao/pastorais/pastoral-de-rua/>>

no país, embora as primeiras iniciativas de intervenção e debate sobre esse conjunto diverso de pessoas tenham tido a característica de serem marcadamente filantrópicas e religiosas – os quais atendiam os que ficaram conhecidos como os “sofredores das ruas” –, principalmente no final da década de 1980, o poder público começou a articular reflexões sobre o tema, progressivamente produzindo um refinamento das políticas de assistência social e também das formas de sua categorização e proteção. (PORTO ALEGRE, 2011, p.10)

A Política Nacional para População em Situação de Rua só chega anos mais tarde, em 2009 representando uma importante tentativa do poder público em estudar e compreender, para atuar de maneira assertiva na assistência às pessoas em situação de rua.

Vinculados aos temas centrais na Política Nacional para a População em Situação de Rua surgem os Centros de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centros POP). Os serviços prestados podem variar a depender da unidade, mas, num geral, permitem acesso aos programas sociais através do Cadastro único[4] (CadÚnico), emissão de documentos, oficinas para capacitação em grupo e local adequado para higienização e acomodação de pertences pessoais. Em Salvador podem ser citados os Centros POP Pau da Lima (Figura 7) e Itapuã, ainda em funcionamento.

FIGURA 7: UNIDADE DO CENTRO POP PAU DA LIMA



FONTE: BAHIA NOTÍCIAS, 2014.

DISPONÍVEL EM:

<[HTTPS://WWW.BAHIANOTICIAS.COM.BR/NOTICIA/152528-CENTRO-DE-ACOLHIMENTO-A-POPULACAO-DE-RUA-E-INAUGURADO-EM-PAU-DA-LIMA.HTML](https://www.bahianoticias.com.br/noticia/152528-centro-de-acolhimento-a-populacao-de-rua-e-inaugurado-em-pau-da-lima.html)>. ACESSO EM: 19 MAI. 2020

[4] O Cadastro Único é um conjunto de informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. Essas informações são utilizadas pelo Governo Federal, pelos Estados e pelos municípios para implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria da vida dessas famílias.

Os chamados Serviços de Acolhimento para adultos e Famílias do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a fome também estabelecem dois tipos de acolhimento provisório para este público. São eles: Abrigo institucional e Casa de passagem (BRASIL, 2015).

Ambos acomodam até 50 pessoas, porém o Abrigo Institucional não pode exceder um período máximo de 6 meses, enquanto na Casa de passagem apenas 90 dias. As Repúblicas recolhem os egressos do sistema de acolhimento. Neste caso são apenas 10 pessoas instaladas em unidades separadas por sexo. A principal forma de acessar estes serviços são através dos Centros POP ou do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Registra-se ainda o Programa Corra pro abraço implantado em 2013 pela Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social do Governo do Estado da Bahia. Seu objetivo principal é aplicar iniciativas que reproximem o indivíduo em situação de rua das oportunidades no campo dos direitos humanos, políticas públicas, cultura, lazer e saúde, reduzindo os danos físicos e sociais.

Nos quadros 2 e 3 foi realizado um comparativo dos principais locais destinados ao atendimento de necessidades básicas e específicas da pessoa em situação de rua na cidade de Salvador, sendo estes: Centro POP, Corra pro abraço, Projeto Cristolândia, Movimento população de rua (POP RUA), Núcleo de Ações Articuladas para População em Situação de Rua (NUAR) e Unidade de Acolhimento Institucional (UAI).

QUADRO 2: COMPARATIVO DE ATENDIMENTO A NECESSIDADES BÁSICAS

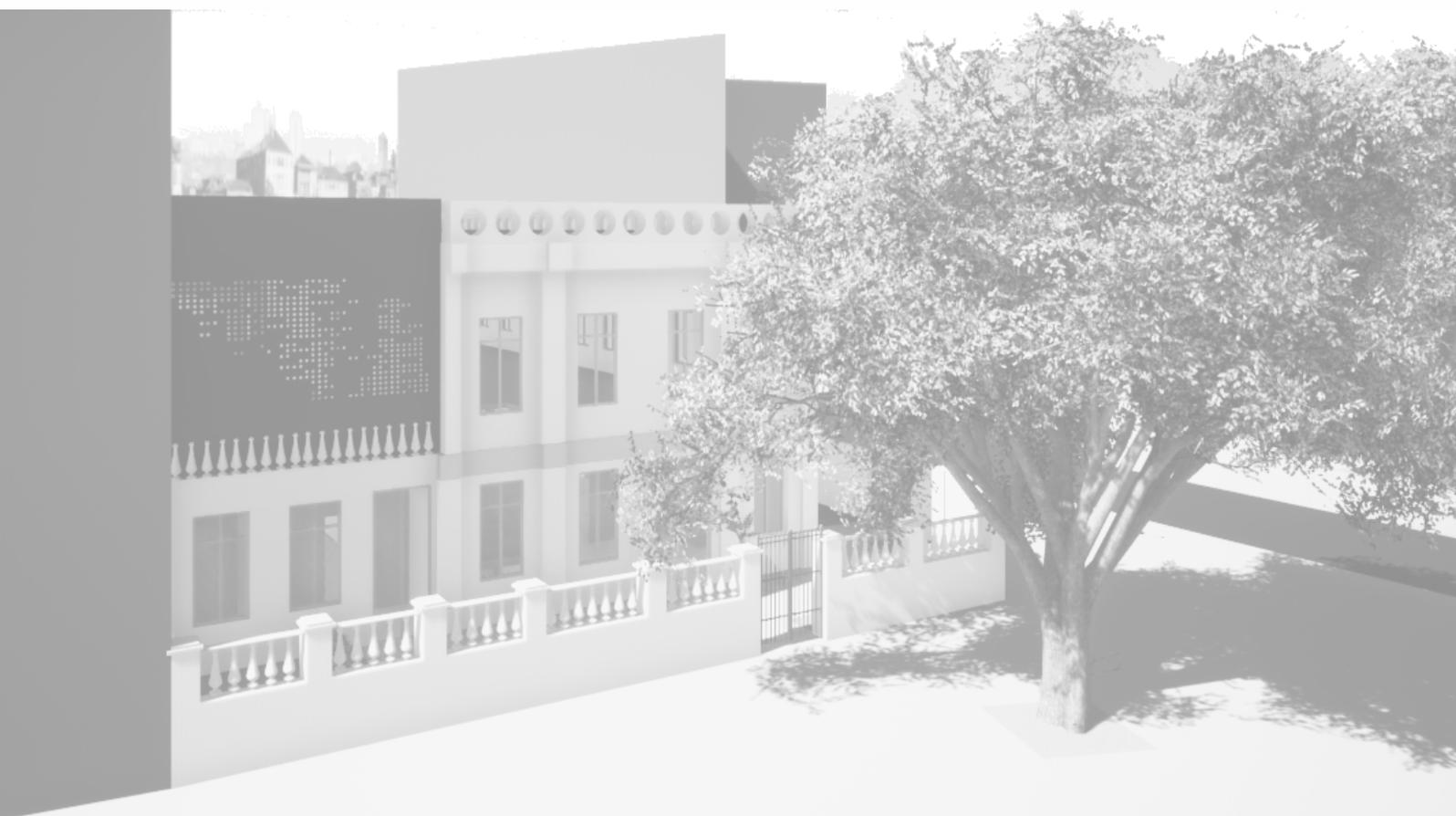
COMPARATIVO DE ATENDIMENTO A NECESSIDADES BÁSICAS				
LOCAL	GUARDA VOLUMES	ALIMENTAÇÃO	HIGIENIZAÇÃO	DORMITÓRIO
CENTRO POP	x	x	x	x
CORRA PRO ABRAÇO			x	
CRISTOLÂNDIA	x	x	x	x
POP RUA				
NUAR				
UAI	x	x	x	x

QUADRO 3: COMPARATIVO DE ATENDIMENTO A NECESSIDADES ESPECÍFICAS

COMPARATIVO DE ATENDIMENTO A NECESSIDADES ESPECÍFICAS				
LOCAL	ATENDIMENTO MÉDICO	ASSISTÊNCIA SOCIAL E PSICOLÓGICA	CAPACITAÇÃO E ACESSO A PROGRAMAS SOCIAIS	ABORDAGEM ESPECÍFICA COM MULHERES E CRIANÇAS
CENTRO POP		x	x	
CORRA PRO ABRAÇO		x	x	
CRISTOLÂNDIA		x	x	x
POP RUA		x	x	x
NUAR		x	x	
UAI	x	x	x	

FONTE: SANTOS, 2020

REFERÊNCIAS PROJETUAIS



REFERÊNCIAS PROJETAIS

REFERÊNCIAS PROJETAIS

Considerando-se que este não é um problema exclusivo de Salvador, podem ser identificadas iniciativas públicas em diversos locais do mundo, com a oferta de edificações que supram a demanda por espaços de atendimento às pessoas em situação de rua. Dentre estas, duas se destacam: o The Bridge Homeless Assistance Center, no Texas, e, no Brasil, o Projeto Oficina Boraceia, descritas a seguir.

4.1 The Bridge Homeless Assistance Center

Localização: Texas, EUA
Arquitetos: Overland Partners
Ano: 2010

Concluído em 2010, no Texas, Estados Unidos, o The Bridge Homeless Assistance Center é uma construção mista de aço, concreto e vidro que reúne os grupos envolvidos no enfrentamento da problemática social (Figura 8).

A excelente localização foi o primeiro padrão a ser desconstruído quando as alternativas para lidar com a situação incluíam mascarar o problema ou pensar este projeto distante das áreas centrais de Dallas. O terreno de 3,41 hectares comporta um programa de atendimento para até 6.000 pessoas, distribuídos em 75.000m² de área construída (Figura 9).

Dentro desse projeto assemelham-se à esta proposta a ideia de ter um bloco de atendimento bem situado, funcionando em área central da cidade, onde estarão grupos distintos, multiprofissionais, que poderão se articular para prestar atendimento de qualidade a quem mais precisa.

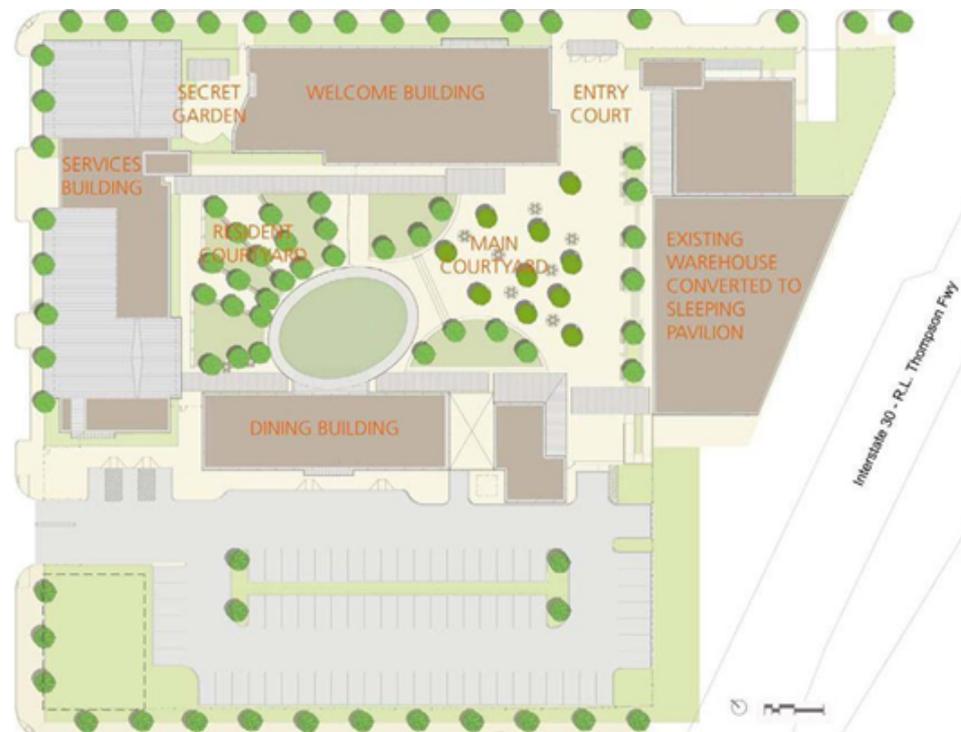


FIGURA 8: VISTA NOTURNA DA FACHADA PRINCIPAL DO THE BRIDGE HOMELESS ASSISTANCE CENTER

Fonte: ARCHDAILY, 2011.
Disponível em:
<<https://www.archdaily.com/115040/the-bridge-homeless-assistance-center-overland-partners>>.
Acesso em: 30 de mar. 2020

Fica claro, também, que o projeto identifica a solidão do indivíduo em situação de rua como um problema que a arquitetura pode ajudar a solucionar e por isso cria um grande pátio central que permite interações das mais diversas, contribuindo com a reintegração deste mesmo antes de ser submetido a qualquer dos serviços oferecidos.

FIGURA 9: PLANTA DE SITUAÇÃO DO THE BRIDGE HOMELESS ASSISTANCE CENTER



FONTE: MORENO, 2017. DISPONÍVEL EM: [HTTPS://WWW.IBAHIA.COM/SALVADOR/DETALHE/NOTICIA/SALVADOR-TEM-22-MIL-PESSOAS-EM-SITUACAO-DE-RUA-APONTA-LEVANTAMENTO/](https://www.ibahia.com/salvador/detalhe/noticia/salvador-tem-22-mil- pessoas-em-situacao-de-rua-aponta-levantamento/)>. ACESSO EM: 19 MAI. 2020

4.2 Projeto Oficina Boracea

Localização: São Paulo
Arquitetos: LoebCapote
Ano: 2003

O projeto Oficina Boracea é uma iniciativa da Prefeitura Municipal de São Paulo, inaugurado em 2003, com oferta de serviços voltados aos cuidados da pessoa em situação de rua, resultado da reutilização de uma parte do antigo galpão da Oficina de Veículos e Reparos do Sistema de Transporte da Barra Funda (Figura 11).

Estima-se que foram gastos R\$10.361.594,22 na readaptação do espaço e adequação das instalações distribuídas em 17.000m² de área construída (Figura 12), cujo programa inclui área de refeitório, copa, cozinha comunitária, guarda de carrinhos de reciclagem e volumes, sanitários individuais adaptados em função do grande número de idosos, serviços de assistência de saúde física e mental, encaminhamento para benefícios e programas sociais e atividades de capacitação por meio de oficinas de alfabetização, artes, música, entre outros que podem ser expostos no próprio local e capacitação profissional com vista a autonomia e reinserção social do indivíduo. Há também um albergue para pernoite com capacidade para 400 pessoas.

O projeto é uma parceria entre a gestão municipal, iniciativa privada e ONGs de São Paulo, podendo ser citadas a Assistência Social Lar Ditoso, a Associação Evangélica Beneficente, Centro Universitário 9 de Julho e o Serviço Promocional e Social Paróquia de Santa Cecília.

FIGURA 11: ANTIGO GALPÃO DA OFICINA DE VEÍCULOS E REPAROS DO SISTEMA DE TRANSPORTE DE SÃO PAULO



FONTE: LOEBCAPOTE, [S.D]. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.LOEBCAPOTE.COM/PROJETOS/19](http://www.loebcapote.com/projetos/19)>. ACESSO EM: 30 DE MAR. 2020

FIGURA 12: FACHADA PRINCIPAL DO PROJETO OFICINA BORACEA

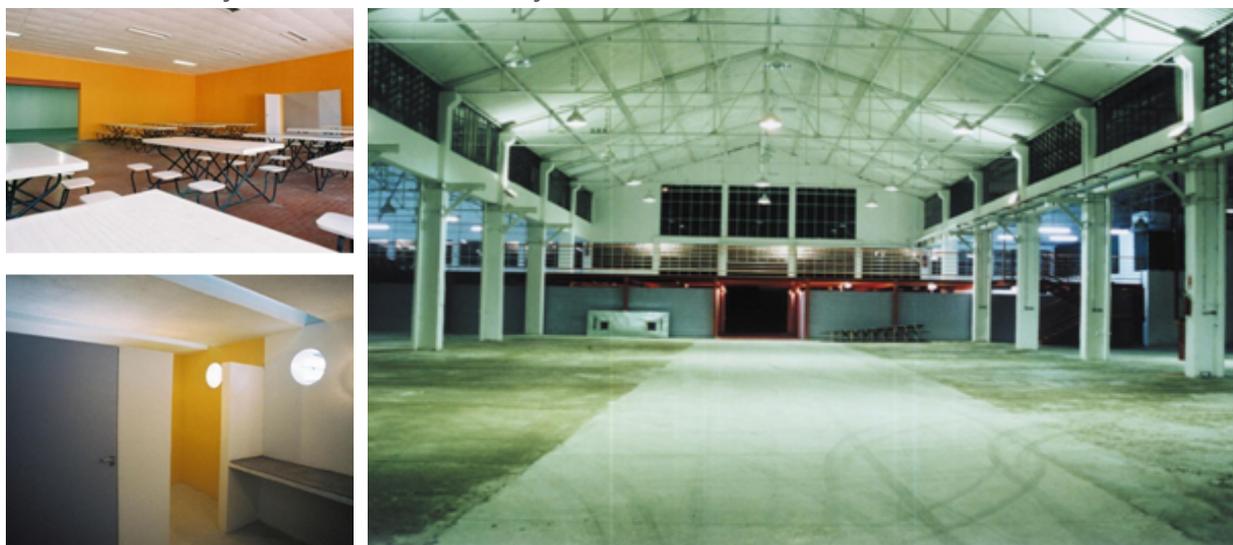


FONTE: LOEBCAPOTE, [S.D]. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.LOEBCAPOTE.COM/PROJETOS/19](http://www.loebcapote.com/projetos/19)>. ACESSO EM: 30 DE MAR. 2020

O Projeto Oficina Boraceia foi escolhido por se tratar de uma adaptação realizada num galpão em desuso que pode abrigar o programa previsto. O reuso dos vazios construídos se tornou cada vez mais comum em cidades onde há poucos terrenos vazios ou regiões de caráter histórico como em Salvador e vem sendo incentivada com o fim de priorizar os interesses coletivos (Figura 13).

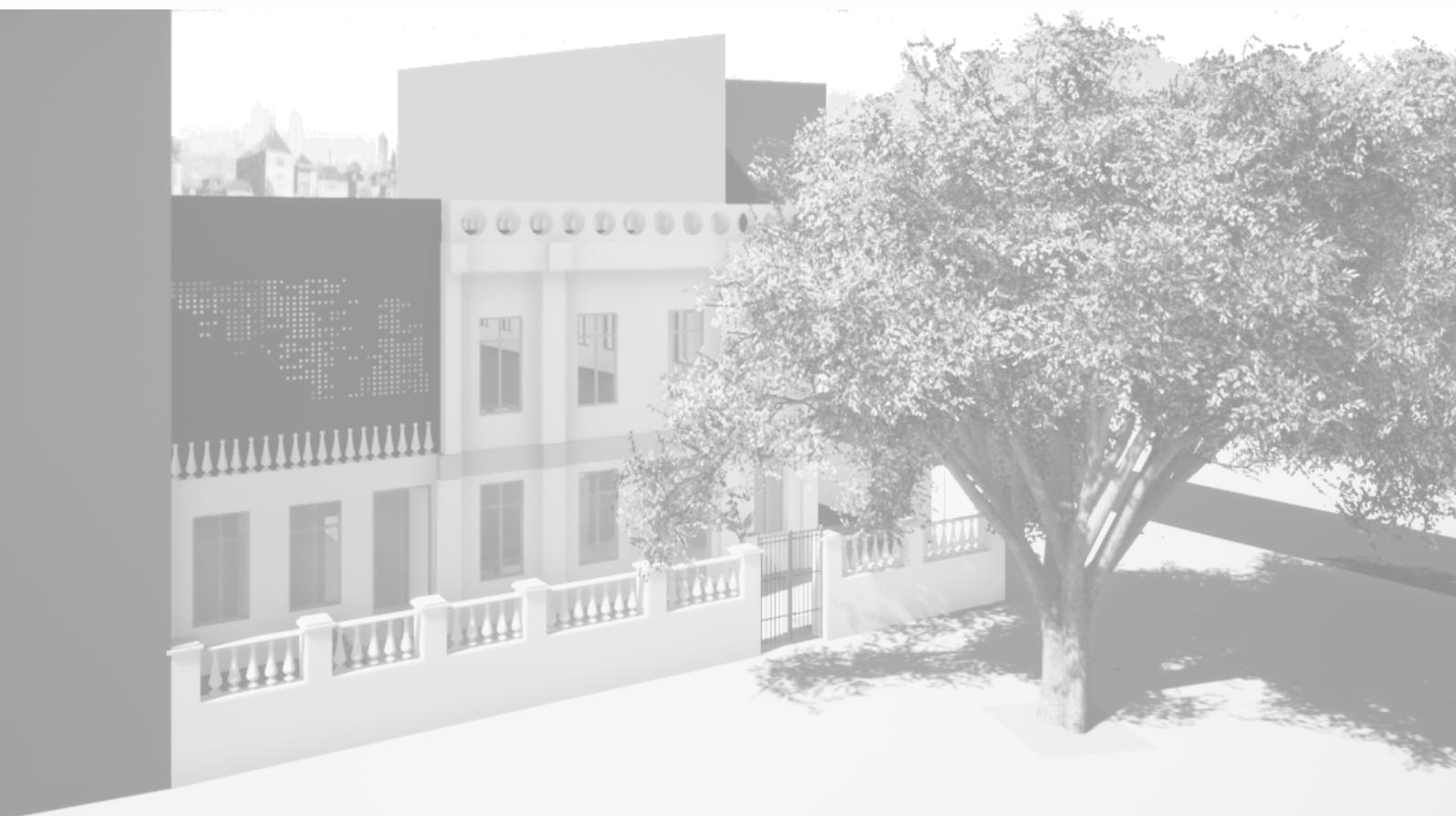
Este é um exemplo, também, de um projeto onde o poder público reconhece e reafirma o trabalho realizado por ONGs e pela iniciativa privada ao longo dos anos e soma forças para o enfrentamento da problemática.

FIGURA 13: ESPAÇOS INTERNOS: CIRCULAÇÃO, REFEITÓRIO E SANITÁRIO DO PROJETO BORACEA



FONTE: LOEBCAPOTE, [S.D]. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://WWW.LOEBCAPOTE.COM/PROJETOS/19](http://www.loebcapote.com/projetos/19)>. ACESSO EM: 30 DE MAR. 2020

CONCEITO DE PROJETO



CONCEITO DE PROJETO

CONCEITO DE PROJETO

As pesquisas apontam a ausência de políticas públicas efetivas e o abandono da pessoa em situação de rua no atendimento às necessidades mais básicas, apesar de um número crescente de indivíduos nesta situação e o aumento significativo na média do tempo de permanência nas ruas. O cenário de negligência é portanto um ponto comum entre o patrimônio construído e a pessoa em situação de rua. Ambos abandonados, a mercê do acaso, sem que lhes seja dado o devido valor, definham parecendo invisíveis aos olhares das autoridades estabelecidas e da sociedade civil.

O conceito de projeto está baseado na **compreensão do ser humano como o maior patrimônio a ser preservado**. Propõe-se, portanto, uma arquitetura que forneça acolhimento individual e coletivo, priorizando o atendimento às necessidades básicas tais como alimentação, acolhida e higiene e que reforce as relações humanas, abrindo espaço para interações das mais diversas ao indivíduo cuja história é comumente marcada por rejeição e negação de direitos.

ESTUDIO, URBANÍSTICO



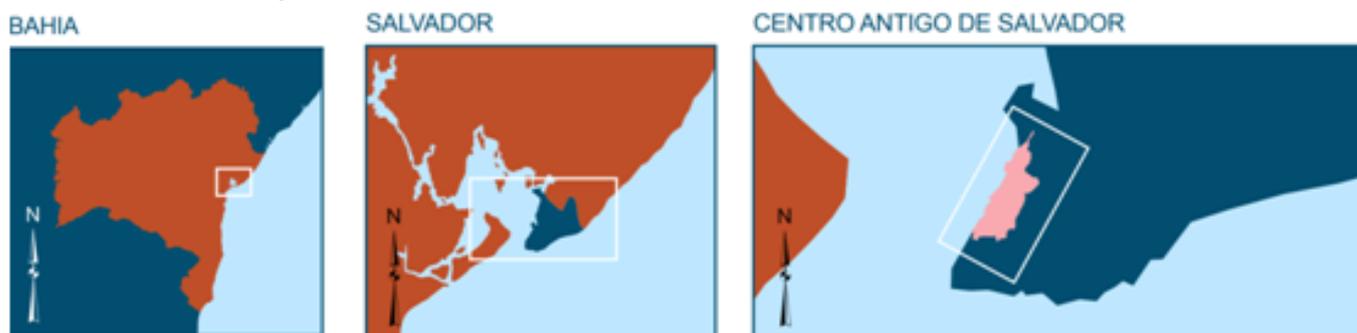
ESTUDO URBANÍSTICO

ESTUDO URBANÍSTICO

6.1 Análise da área de intervenção

O local escolhido para a intervenção está localizado no Centro de Salvador, primeira capital do Brasil, no estado da Bahia (Figura 14) e trata-se da reutilização da preexistência como forma de suprir tal demanda.

FIGURA 14: LOCALIZAÇÃO DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR



FONTE: SALVADOR (2013. P.3) ADAPTADO POR SANTOS (2020).

DISPONÍVEL EM: <[HTTPS://WWW.SEI.BA.GOV.BR/IMAGES/PUBLICACOES/DOWNLOAD/CAS/CAS.PDF](https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/cas/cas.pdf)>.

ACESSO EM: 22 DE MAI. 2020

O Estudo “CAS – Centro Antigo de Salvador: território de referência” realizado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (2013) apontou que o Centro Antigo não é apenas o maior sítio histórico e patrimonial da América Latina, reconhecido por suas belezas que favorecem o turismo, mas também é o “território da capital que mais resguarda referências e concede sentido de identidade aos moradores.”

Há pelo menos quatro décadas este território da cidade passou a enfrentar um processo de esvaziamento, resultado de iniciativas relacionadas à expansão da cidade. A criação do Centro Administrativo da Bahia (CAB) e o deslocamento dos órgãos estatais, foi crucial para que o mercado imobiliário e comercial voltasse os olhos para esta nova centralidade, sobretudo com a oferta de infraestrutura mais moderna, enquanto o território histórico recebia pouco investimento de manutenção.

Outro fato importante de ser mencionado foi a retirada da população de menor renda do Pelourinho o que contribuiu para que o local fosse perdendo cada vez mais vida. A partir da pesquisa mencionada anteriormente, amparada pelos dados do IBGE, sabe-se que em 2000 o “CAS abrigava 3,3% dos residentes [...] Dez anos depois, enquanto a capital ampliou a sua população em 232.549 habitantes, o CAS perdeu 3.671 moradores”.

Apesar da oferta de um menor número de moradias no Centro Antigo é marcante a presença do comércio informal, equipamentos de lazer e serviços diversos, o que faz com que essa área continue sendo um destino turístico obrigatório para quem visita Salvador. É, também, um desafio ao poder público reverter o decréscimo populacional e o quadro de vulnerabilidade social por trás das riquezas contidas nesta área.

A escolha dessa região para a implantação do Centro de Acolhimento leva em consideração que esse esvaziamento aumentou o número de pessoas em situação de rua e vulnerabilidade social, dividindo espaço por entre o comércio durante o dia e habitando as ruas e espaços públicos a noite.

São potencialidades do projeto a proximidade da área escolhida com os que serão beneficiados pelo serviço ofertado, dentro da possibilidade de trazer um novo uso a duas edificações de caráter histórico.

Como forma de entender este entorno e as especificidades da área de intervenção foi definida uma poligonal de estudo de onde foram extraídos e sintetizados, por meio de mapas e outras imagens, os aspectos previstos na Lei Municipal 9.069/2016, que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, e a Lei Municipal 9.148/2016, que trata do Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador, e outras características tais como a evolução urbana, o uso do solo, gabarito, infraestrutura urbana, estudos climáticos, propostas de melhoria para a área, entre outros.

EVOLUÇÃO URBANA

EVOLUÇÃO URBANA

Em se tratando de evolução urbana a poligonal escolhida passou por expressiva transformação à partir de 1912 com o início da reforma urbana de Salvador idealizada pelo então governador José Joaquim Seabra. Com o objetivo de conectar o Centro Antigo aos novos bairros que estavam surgindo na cidade foi inaugurada, em 1916, a Avenida Sete de Setembro, sendo esta uma das principais e mais tradicionais vias de toda a cidade (Figura 15).

FIGURA 15: LADEIRA DE SÃO BENTO NO SÉCULO XIX



FONTE: SANTOS ET; AL. 2010. DISPONÍVEL EM <[HTTP://WWW.MEIOAMBIENTE.BA.GOV.BR/ARQUIVOS/FIL E/PUBLICACOES/LIVROS/CA MINHODASAGUAS.PDF](http://www.meioambiente.ba.gov.br/arquivos/fil_e/publicacoes/livros/ca_minhodasaguas.pdf)> ACESSO EM: 21 MAI. 2020

Na última década a área passou por poucas mudanças com destaque apenas para a implantação de novos prédios residenciais verticalizados frente à Baía de Todos os Santos, território de constante disputa pela bela vista (Figura 16).

FIGURA 16: EVOLUÇÃO URBANA DA POLIGONAL DE ESTUDO



FONTE: GOOGLE EARTH (2001 E 2013) ADAPTADO POR SANTOS (2020)

ANÁLISE TOPOGRÁFICA

ANÁLISE TOPOGRÁFICA

A falha geológica de Salvador, evidenciada pela separação da cidade em cidade baixa e alta, foi essencial para que esta fosse escolhida como primeira capital do Brasil pois permitia às tropas uma visualização ampla da chegada de embarcações tanto no combate como no comércio.

FIGURA 17: MAPA DE TOPOGRAFIA

TOPOGRAFIA



FONTE: BASE SICAR (2018) E SALVADOR (2016) ADAPTADO POR SANTOS (2020)

À partir das margens da Baía de Todos os Santos se forma uma grande muralha evidenciada na figura 17, como cotas que chegam a 65,00 metros de altura.

ZONEAMENTO E MACROZONEAMENTO

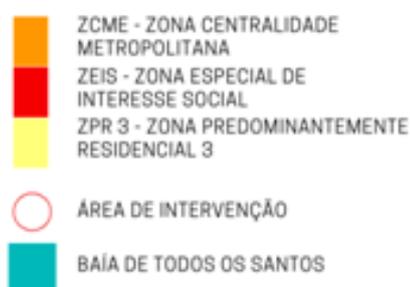
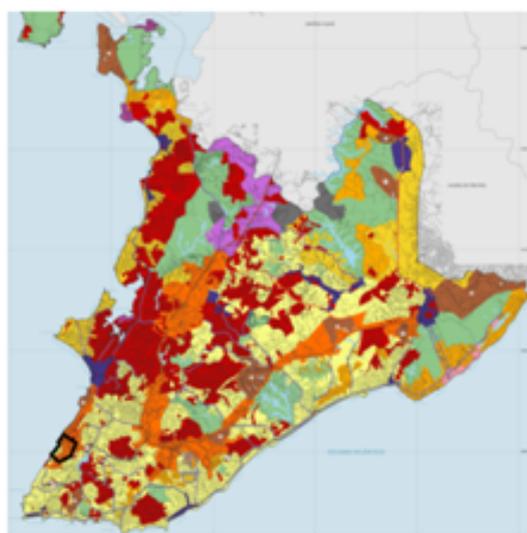
ZONEAMENTO E MACROZONEAMENTO

A Lei Municipal nº 9.069/2016 que dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador divide a cidade em zonas distintas. A poligonal abrange três zonas. São elas: ZCMe - Zona de Centralidade Metropolitana, ZEIS - Zona Especial de Interesse Social e ZPR 3 - Zona Predominantemente residencial 3 (Figura 18).

A ZCMe apresenta características multifuncionais, classificando-se em: I - ZCMe-1/01, Camaragibe; II - ZCMe-1/02, Retiro/ Acesso Norte; III - ZCMe-1/03, Avenida Luís Viana e Avenida 29 de Março; IV - ZCMe-2, Águas Claras e; V - ZCMe-CA, Centro Antigo.

FIGURA 18: MAPA DE ZONEAMENTO

ZONEAMENTO



FONTE: BASE SICAR (2018) E SALVADOR (2016) ADAPTADO POR SANTOS (2020)

Os parâmetros de ocupação do solo estabelecidos para a ZCMe-CA, onde encontra-se a área de intervenção, prevê coeficiente de aproveitamento mínimos de 0,40 e básico de 2,00, o índice de permeabilidade é de 0,20 e os recuos são de 4,00, 1,50 e 2,50m, sendo frente, lateral e fundo, respectivamente, relacionados no quadro 4.

QUADRO 4: PARÂMETROS DE OCUPAÇÃO DO SOLO

TIPO DE ZONA	ZONA DE USO	Coeficiente de Aproveitamento			Índice de Ocupação Máxima	Índice de Permeabilidade Mínima	Recuos Mínimos (em metros)			Quota Máxima de terreno por unidade (m ²)
		CA Min	CAB	CAM			Frente	Laterais	Fundo	
ZPR	ZPR 1	0,10	1,00	1,00	(a)	0,30	4,00 (c)	1,50 (e)	2,50 (f)	NA
	ZPR 2	0,20	1,00	2,00						
	ZPR 3	0,30	1,50	3,00						
ZEIS	ZEIS 1	0,30	1,50	3,00	(a)	(b)	(g)	(g)	(g)	NA
	ZEIS 2									
	ZEIS 3									
	ZEIS 4									
	ZEIS 5									
ZCMe	ZCMe 1/01	0,40	2,00	4,00	0,60	0,20	7,50	1,50 (e)	2,50 (f)	NA
	ZCMe 1/02									25
	ZCMe 1/03									25
	ZCMe 2									25
	ZCMe - CA									NA
ZCMu	ZCMu 1	0,20	1,00	2,00	0,60	0,2	4,00 (c)	1,50 (e)	2,50 (f)	NA
	ZCMu 2	0,30	1,50	3,00	0,60	0,20	4,00 (c)	1,50 (e)	2,50 (f)	NA
ZCLMe	ZCLMe	0,40	2,00	4,00	0,70	0,20	7,50	1,50 (e)	2,50 (f)	NA
ZCLMu	ZCLMu	0,30	1,50	3,00	0,70	0,20	4,00 (c)	1,50 (e)	2,50 (f)	NA
ZDE	ZDE 1	0,20	1,00	2,00	0,70	0,20	4,00 (d)	1,50 (e)	2,50 (f)	NA
	ZDE 2				0,60					
ZUSI	ZUSI	0,20	1,00	1,00	0,30	0,30	5,00	1,50 (e)	2,50 (f)	NA
ZIT	ZIT	0,20	1,00	2,00	0,50	0,40	5,00	1,50 (e)	2,50 (f)	NA
ZEM	ZEM	0,10	0,50	0,50	Observar as disposições contidas no Art. 31					NA
ZUE	ZUE	0,20	1,00	2,00	Observar as disposições contidas no Art. 32					NA
	1,3,4,6,7,8,9,10,12									NA
	ZUE 2 e 13									0,30
	ZUE 5 e 11	0,20	1,00	1,00	Observar as disposições contidas no Art. 33					NA
ZPAM	ZPAM	NA	0,20	0,20	Observar as disposições contidas no Art. 33					NA
ZUSI	ZUSI	(h)								

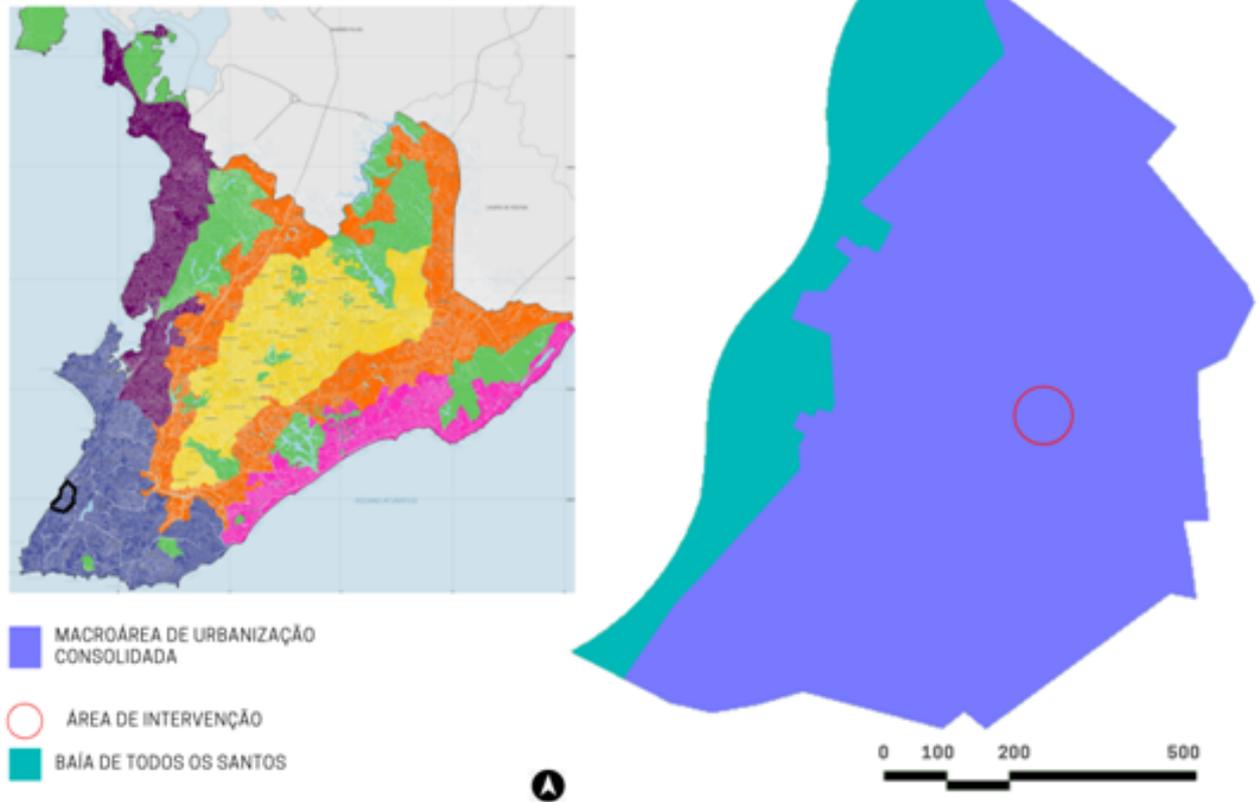
Fonte: Salvador (2016) adaptado por SANTOS (2020)

A referida zona faz parte do território que mais agrega referências históricas, simbólicas e culturais na capital e é onde deseja-se reverter o decréscimo populacional e promover a requalificação de áreas degradadas dando prioridade à construções que abriguem moradia, lazer e cultura e uso misto.

A Macroárea de Urbanização Consolidada é tida como território mais tradicional da cidade que se estende do Centro Antigo até a Baía de Todos os Santos e onde encontram-se os bairros mais tradicionais da cidade, dotados de infraestrutura, equipamentos urbanos, grande oferta de trabalho e padrão de uso do solo heterogêneo (Figura 19).

FIGURA 19: MAPA DE MACROÁREA

MACROÁREA



FONTE: BASE SIGAR (2018) E SALVADOR (2016) ADAPTADO POR SANTOS (2020)

USO DO SOLO E GABARITO

USO DO SOLO E GABARITO

Conforme evidenciado no mapa de uso do solo a poligonal abrange uma área de atividades mistas que variam entre comercial, institucional, residencial, cultural e lazer, serviço, uso misto e vazio construído (Figura 20).

Nas vias de maior tráfego tais como a Avenida Lafayette Coutinho, Avenida Sete de Setembro, Rua Carlos Gomes e Rua Chile estão concentrados serviços de agências bancárias, clínicas e restaurantes e lanchonetes e um número expressivo de comércio de roupas, calçados, bolsas, jóias e semi jóias, tecidos e cama, mesa e banho em geral com mais pavimentos. Museus, espaços de exposição e espaços públicos são exemplos de cultura e lazer.

FIGURA 20: MAPA DE USO DO SOLO

USO DO SOLO

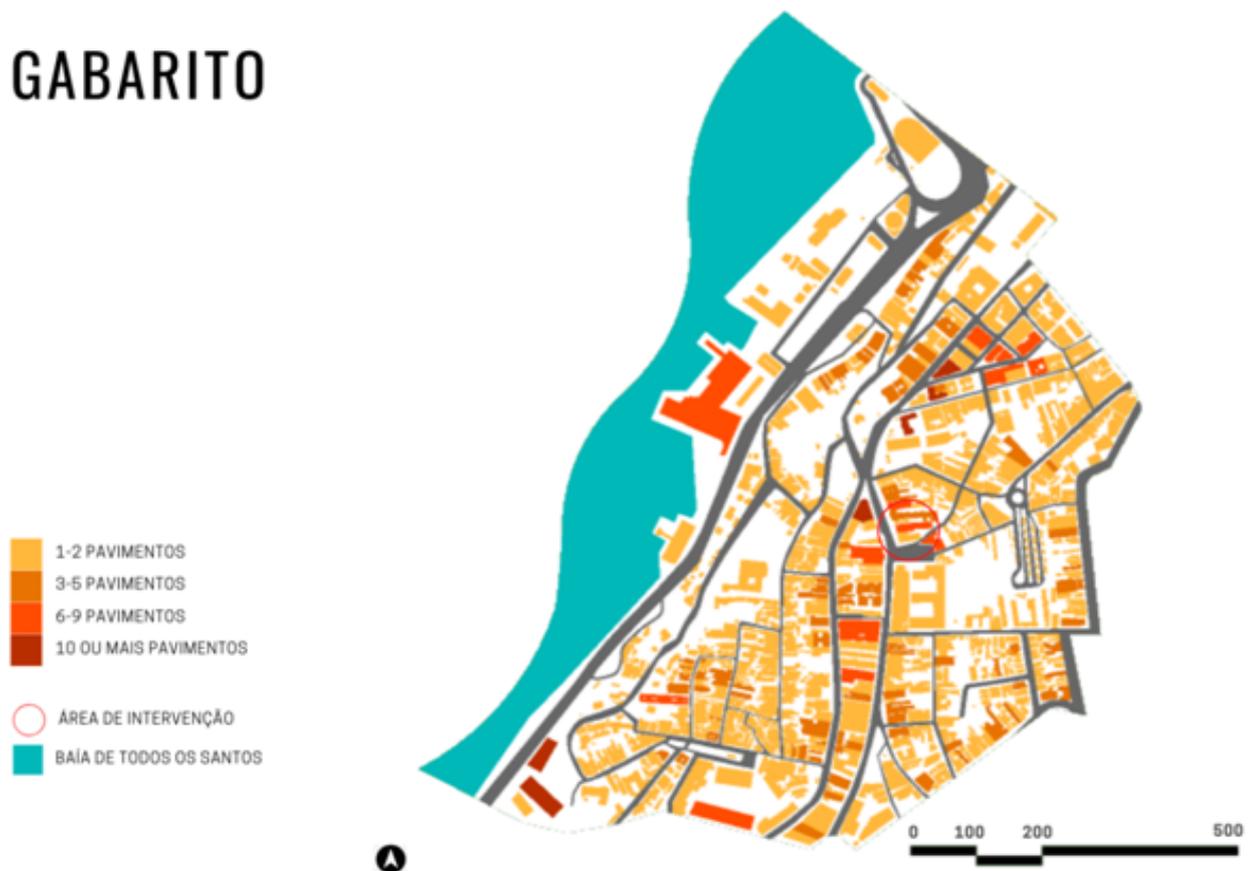


FONTE: BASE SICAR (2018) E SALVADOR (2016) ADAPTADO POR SANTOS (2020)

Muitas são as construções datadas de séculos anteriores que foram sendo modificadas ao longo dos anos para se adequar aos novos usos. Uma parcela dessas edificações permanecem como casas térreas e/ou sobrados (1 e 2 pavimentos), característica muito associada também às áreas predominantemente residenciais e de uso misto (Figura 21).

Próximo às vias centrais multiplicam-se as edificações entre 3 e 9 pavimentos, no mapa apresentadas em duas distintas categorias. Com 10 ou mais pavimentos estão construções ligadas aos serviços de hotelaria e prédios empresariais.

FIGURA 21: MAPA DE GABARITO



FONTE: BASE SICAR (2018) E SALVADOR (2016) ADAPTADO POR SANTOS (2020)

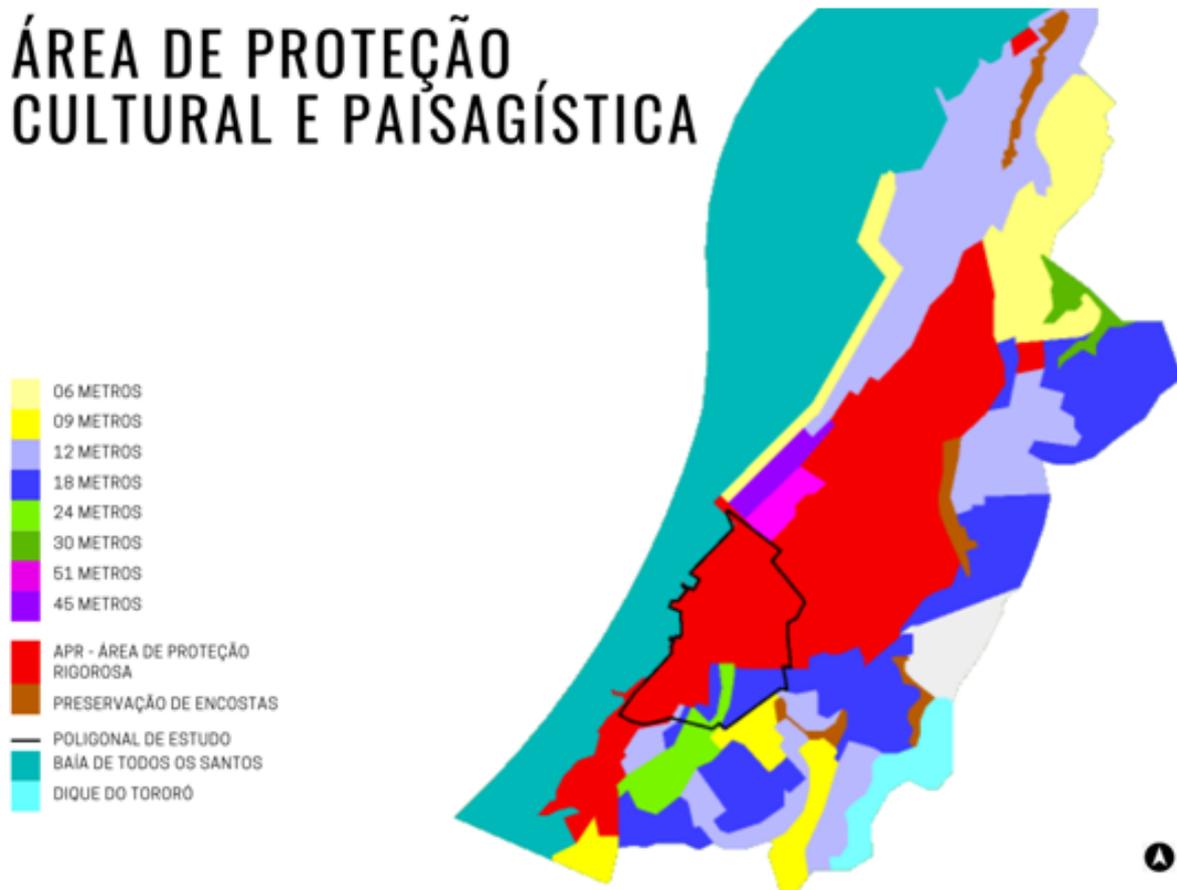
ÁREA DE PROTEÇÃO CULTURAL E PAISAGÍSTICA

ÁREA DE PROTEÇÃO CULTURAL E PAISAGÍSTICA

Em 1983, por meio da Lei Municipal 3.289, são estabelecidas as Áreas de Proteção Cultural e Paisagística. Com vista a proteger o frontispício de Salvador PDDU de 2016 prevê um mapa de gabarito específico para esta área (Figura 22).

A APR - Área de Proteção Rigorosa são aquelas que possuem paisagem natural ou edificada que tem valor simbólico, histórico, cultural e artístico e que não podem passar por obras sem parecer prévio do IPHAN [6], IPAC [7] e Prefeitura Municipal. Estes estão encarregados de proceder com estudos específicos que garantam que as obras públicas ou particulares não alterem a ambiência e identidade local.

FIGURA 22: MAPA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO CULTURAL E PAISAGÍSTICA



FONTE: BASE SICAR (2018) E SALVADOR (2016) ADAPTADO POR SANTOS (2020)

[6] O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) é uma autarquia federal do Governo do Brasil, criada em 1937, vinculada ao Ministério do Turismo, responsável pela preservação e divulgação do patrimônio material e imaterial do país.

[7] O Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC) é vinculado à Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, atuando de forma integrada e em articulação com a sociedade e os poderes públicos municipais, estaduais e federais, na salvaguarda e proteção de bens culturais tangíveis e intangíveis baianos e na política pública do patrimônio cultural na Bahia.

PROPOSTAS EXISTENTES PARA A ÁREA

PROPOSTAS EXISTENTES PARA A ÁREA

Em 2018 foram iniciadas as obras de revitalização urbana da região do Centro Antigo, orçada em R\$ 17,5 milhões do trecho que vai da Casa d'Itália até a Praça Castro Alves (Figura 23).

FIGURA 23: DESENHO ESQUEMÁTICO DO TRECHO DAS OBRAS



FONTE: SALVADOR, [S.D]. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://AVENIDA7.SALVADOR.BA.GOV.BR/](http://AVENIDA7.SALVADOR.BA.GOV.BR/)>. ACESSO EM: 19 MAI. 2020

A Avenida Sete de Setembro e adjacências se consolidaram como importante área do comércio popular e por isso passou por diversas modificações ao longo dos anos. A nova proposta prevê o alargamento de um dos lados do passeio para priorizar o trajeto a pé (Figura 24). Toda a fiação de rede elétrica e de telecomunicações passará a ser subterrânea.

O Largo de São Bento que fica adjacente à preexistência a ser estudada neste projeto está dentro do trecho e deve ganhar nova pavimentação em pedra e receber piso tátil e rampas que adequam aos parâmetros de acessibilidade (Figura 25).

FIGURA 24: AMPLIAÇÃO DO ESPAÇO NAS CALÇADAS



FIGURA 25: PROPOSTA DE REVITALIZAÇÃO DO LARGO DE SÃO BENTO



FONTE: SALVADOR, [S.D]. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://AVENIDA7.SALVADOR.BA.GOV.BR/](http://AVENIDA7.SALVADOR.BA.GOV.BR/)>. ACESSO EM: 19 MAI. 2020

INFRAESTRUTURA URBANA

INFRAESTRUTURA URBANA

Quanto à infraestrutura urbana é marcante a presença do comércio informal ocupando as principais vias e calçadas dentro da poligonal em função da inexistência da faixa de serviço. Como forma de mitigar os impactos foram criadas estruturas de apoio cobertas em faixas estreitas perpendiculares à Avenida Sete de Setembro sendo, portanto, insuficientes para acomodar a todos (Figura 26).

FIGURA 26: INFRAESTRUTURA URBANA



FONTE: GOOGLE MAPS (2019) ADAPTADO POR SANTOS (2020)

O grande número de comércios e serviços contribui para o acúmulo de lixo nas calçadas à espera da coleta. Além disso há trechos com descontinuidade das calçadas, sobretudo as de pedra, e pontos de ônibus sem cobertura.

Os principais equipamentos urbanos na poligonal de estudo estão destinados à cultura e lazer, sendo estes museus e espaços de exposição de iniciativa pública ou privada (Figura 27). O Multicentro de Saúde Carlos Gomes agrega uma série de serviços especializados de saúde desde 2013, sendo um investimento de cerca de R\$1,4 milhões instalado na Rua Carlos Gomes.

EQUIPAMENTOS URBANOS

EQUIPAMENTOS URBANOS

O grande número de comércios e serviços contribui para o acúmulo de lixo nas calçadas à espera da coleta. Além disso há trechos com descontinuidade das calçadas, sobretudo as de pedra, e pontos de ônibus sem cobertura.

Os principais equipamentos urbanos na poligonal de estudo estão destinados à cultura e lazer, sendo estes museus e espaços de exposição de iniciativa pública ou privada (Figura 27). O Multicentro de Saúde Carlos Gomes agrega uma série de serviços especializados de saúde desde 2013, sendo um investimento de cerca de R\$1,4 milhões instalado na Rua Carlos Gomes.

FIGURA 27: EQUIPAMENTOS URBANOS



FONTE: SANTOS, 2020

MOBILIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE

MOBILIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE

Além dos pontos de ônibus que se concentram na Rua Carlos Gomes, Avenida Joana Angélica, Avenida Lafayette Coutinho e Avenida J. J. Seabra, são dois os Terminais de ônibus: O terminal da Barroquinha e a Estação da Lapa (Figura 28).

FIGURA 28: MAPA DE MOBILIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE

MOBILIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE



FONTE: BASE SICAR (2018) ADAPTADO POR SANTOS (2020)

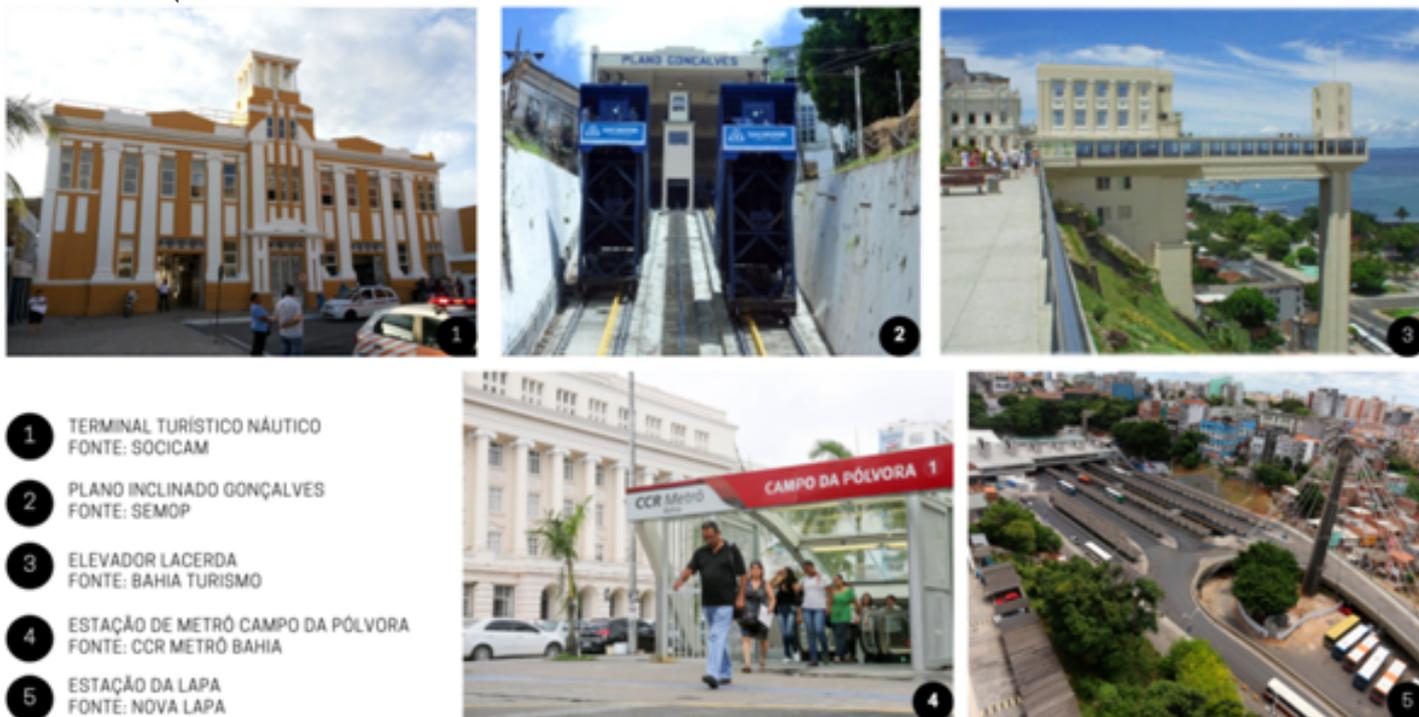
A Lapa desde a sua inauguração em 1982, foi projetada para ser o principal terminal rodoviário da cidade. Sua localização estratégica, próximo a região do Centro Histórico, atraiu investimentos para o equipamento que foi requalificado em 2016. Desde 2014 esta faz também integração com a linha 1 do metrô. Além da Estação Terminal Lapa aparece dentro da poligonal também a Estação Campo da Pólvora.

Na poligonal de estudo destacam-se também o Elevador Lacerda que é uma construção em estilo art déco que começou a ser construído em 1869 e que desde a sua conclusão transformou-se na principal forma de interligar a cidade baixa à cidade alta. Depois de muitos anos, ainda em funcionamento opera ao custo de R\$0,15 e é uma atração muito frequentada por turistas durante todo o ano (Figura 29).

Muito próximo à Praça da Sé e o Terreiro de Jesus, recém requalificado, encontra-se o Plano Inclinado Gonçalves datado de 1889, com capacidade máxima de 36 passageiros, operando também ao custo de R\$0,15. Apesar da capacidade reduzida em relação ao Elevador Lacerda desde sua reformulação e reinauguração em 1998 o Plano tem servido inclusive para preservar o caráter histórico apesar da modernização do sistema.

Outra forma de acesso à área é o Terminal Turístico Náutico da Bahia (TTNB). Junto ao Terminal de São Joaquim (Ferry-boat) são os principais meios de acesso à Ilha de Itaparica e outras cidades do Recôncavo. Neste terminal são recebidas embarcações turísticas menores que realizam passeios à Baía de Todos os Santos, assim como o sistema hidroviário intermunicipal de Salvador à Mar Grande e Morro de São Paulo.

FIGURA 29: EQUIPAMENTOS DE MOBILIDADE URBANA DENTRO DA POLIGONAL



- 1 TERMINAL TURÍSTICO NÁUTICO
FONTE: SOCICAM
- 2 PLANO INCLINADO GONÇALVES
FONTE: SEMOP
- 3 ELEVADOR LACERDA
FONTE: BAHIA TURISMO
- 4 ESTAÇÃO DE METRÔ CAMPO DA PÓLVORA
FONTE: CCR METRÔ BAHIA
- 5 ESTAÇÃO DA LAPA
FONTE: NOVA LAPA

Fonte: SANTOS, 2020

TIPOLOGIA ARQUITETÔNICA E CONSTRUTIVA

TIPOLOGIA ARQUITETÔNICA E CONSTRUTIVA

No estudo da tipologia arquitetônica e construtiva registra-se a existência de construções de caráter histórico e de outros estilos arquitetônicos, a exemplo principalmente exemplares do estilo colonial, eclético e moderno (Figura 30).

Para a adequação de novas funções, muitas dessas construções tiveram o pavimento térreo ocupado por lojas de diversos ramos e outros serviços, permanecendo os pavimentos superiores com pouca ou nenhuma alteração em suas fachadas. As diferentes alturas são perceptíveis em diversos trechos, conforme já evidenciado no mapa de gabarito.

FIGURA 30: TIPOLOGIA ARQUITETÔNICA E CONSTRUTIVA



Fonte: GOOGLE MAPS (2019) adaptado por SANTOS (2020)

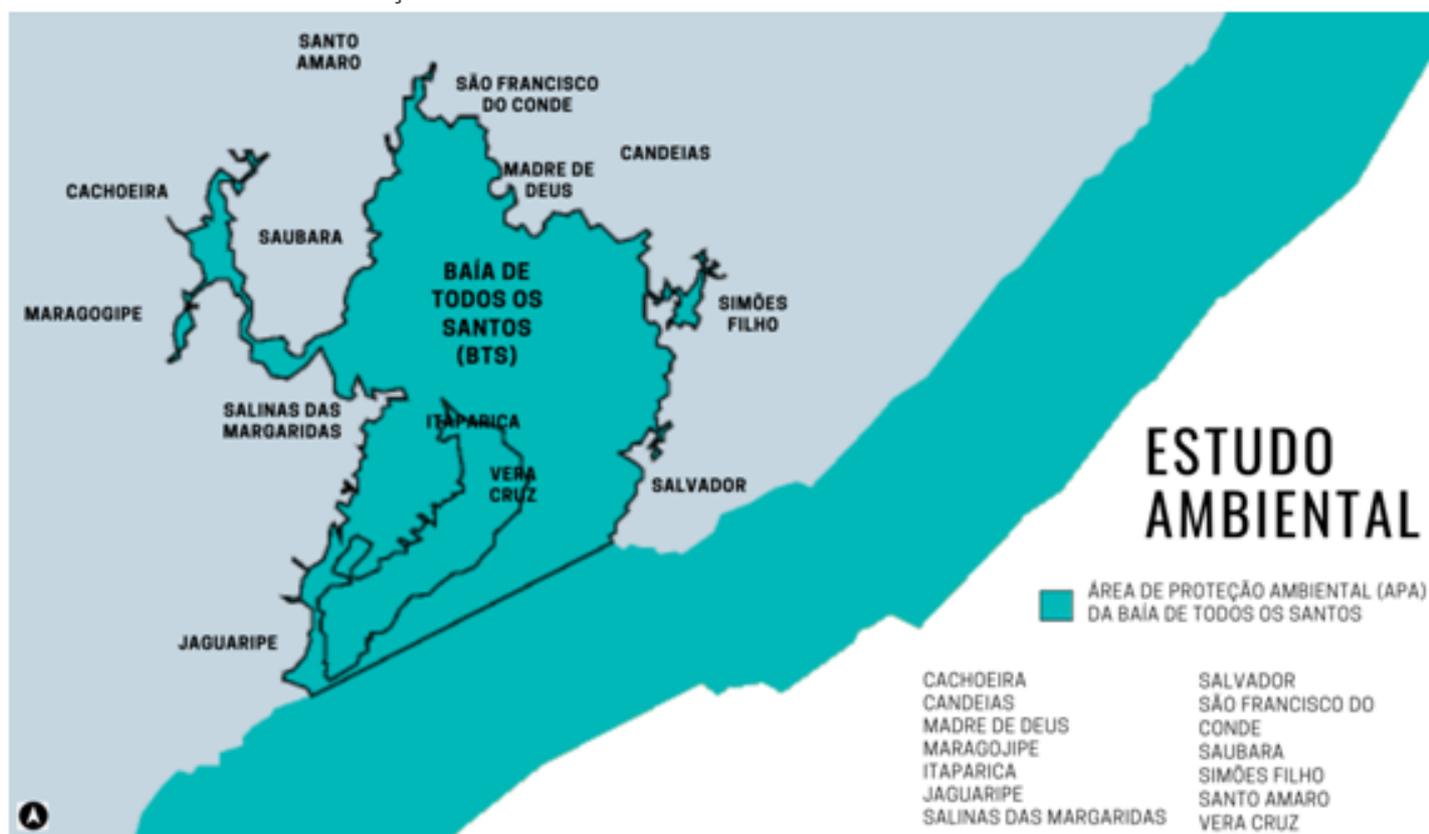
ESTUDO AMBIENTAL

ESTUDO AMBIENTAL

Datado em 05 de junho de 1999, o Decreto Estadual nº 7.595 cria a Área de Proteção Ambiental (APA) da Baía de Todos os Santos, com área estimada de 800 Km², contendo os principais objetivos: preservar os remanescentes de florestas e manguezais, assim como sua diversidade genética, controlar o uso e ocupação do solo e proteger suas águas doces, salobras e salinas (Figura 31).

A abrangência da Baía é de 13 municípios, somando 45 diferentes ilhas relacionadas no referido decreto (ANEXO A).

FIGURA 31: MAPA DE DELIMITAÇÃO DA APA DA BAÍA DE TODOS OS SANTOS



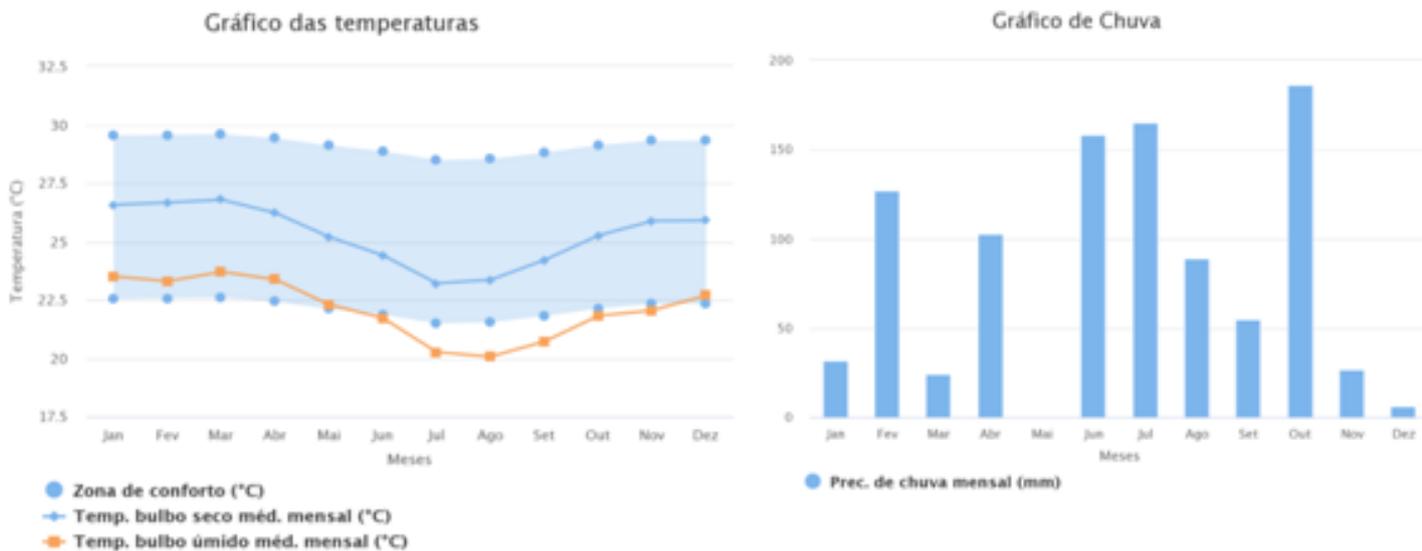
FONTE: BAHIA (1999) E BASE SICAR (2018) ADAPTADO POR SANTOS (2020)

ESTUDO CLIMÁTICO

ESTUDO CLIMÁTICO

Considerada uma cidade de clima tropical úmido, os dados apontam que Salvador possui temperaturas médias em grande parte do ano que variam de 22.5°C à 30°C. Vale ressaltar que é característico deste clima a ocorrência de pequenas variações de temperatura e em Salvador concentra os maiores registros de chuva nos meses de outubro, julho e junho respectivamente. (Gráfico 1).

GRÁFICO 1: TEMPERATURA E CHUVA EM SALVADOR



FONTE: PROJETEEE, [S.D]. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://PROJETEEE.MMA.GOV.BR/DADOS-CLIMATICOS/?CIDADE=BA+-+SALVADOR&ID_CIDADE=BRA_BA_SALVADOR-MAGALHAES.INTL.AP.832480_TRY.1961](http://projeteee.mma.gov.br/dados-climaticos/?CIDADE=BA+-+SALVADOR&ID_CIDADE=BRA_BA_SALVADOR-MAGALHAES.INTL.AP.832480_TRY.1961)>. ACESSO EM: 10 ABR. 2020

Estudou-se também o insolejamento e a ventilação. Quanto à caracterização dos ventos predominantes, Salvador tem sua maior ocorrência à sudeste. Os dados disponíveis no SOL-AR apresentam também dados relacionados à velocidade sendo uma média de 6m/s no verão e primavera, 4m/s no inverno e 3m/s no outono (Figura 33).

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ÁREA

CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE A ÁREA

Através do estudo realizado na poligonal conclui-se que há o predomínio do uso misto e comércio e serviços, grande variação de gabarito nas áreas centrais, grande oferta de diferentes equipamentos de mobilidade, tais como ônibus, metrô e transporte aquático. Os principais equipamentos urbanos são voltados ao lazer e cultura e há grande número de espaços públicos, apesar da pequena oferta de áreas verdes. Embora o trecho em questão necessite de melhorias na infraestrutura urbana a revitalização do Centro Antigo, iniciada em 2018, prevê benefícios significativos para a região.

Encontra-se inserida na Área de Proteção Cultural e Paisagística e da Área de Proteção Ambiental da Baía de Todos os Santos evidenciando sua expressiva importância para a cidade.

ANÁLISE DA PREEXISTÊNCIA

ANÁLISE DA PREEXISTÊNCIA

Na poligonal de estudo, mediante o contexto apresentado, foram identificados dois casarões que chamam a atenção pelo abandono e a mistura de grafite e pichações expressas em suas fachadas.

Na figura 34, que mostra a Ladeira de São Bento nos primeiros anos do bonde elétrico em Salvador, já é possível identificar as construções, por isso estima-se que estas tenham sido construídas no século XIX.

O cenário de descaso soma-se ao próprio Largo de São Bento e a um antigo hotel de viajantes, quase em ruínas.

FIGURA 34: LARGO SÃO BENTO EM 1923



FONTE: GUIA GEOGRÁFICO, [S.D.] DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.BAHIA-TURISMO.COM/SALVADOR/ANTIGA/LADEIRA-SAO-BENTO.HTM](http://www.bahia-turismo.com/salvador/antiga/ladeira-sao-bento.htm). ACESSO EM: 11 JUN. 2020

As potencialidades em torno das construções estão relacionadas à excelente localização, inclusive em função daqueles que utilizarão o espaço e frequentam as proximidades da igreja por conta da benevolência dos fiéis e área compatível ao uso e programa previsto.

PLANTA DE SITUAÇÃO

PLANTA DE SITUAÇÃO

Os dois casarões objetos deste estudo estão situados na Avenida Sete de Setembro, nº 28, Centro, ao norte do Mosteiro e Largo de São Bento.

O somatório das áreas ocupadas das duas edificações é de 392.81m², em um lote irregular, de esquina, com 824.60m². Outrora funcionaram a Escola Mariana Pereira da Silva Viana, a Biblioteca Anísio Teixeira e, mais recentemente, a Associação de Esperanto da Bahia que, segundo populares, desocupou os casarões em 2003 (Figura 35).

FIGURA 35: PLANTA DE SITUAÇÃO

SITUAÇÃO

**AVENIDA SETE DE SETEMBRO, Nº 105
E 107, CENTRO**

ZONA: ZONA DE CENTRALIDADE
METROPOLITANA- CENTRO ANTIGO
(ZCME-CA)

ÁREA DO TERRENO: 824,60M²
ÁREA DOS CASARÕES: 392,81M²
ÁREA DESCOBERTA: 431,79M²

AVENIDA SETE DE SETEMBRO
VIA COLETORA I (VC-I)

CASARÕES 105 E 106

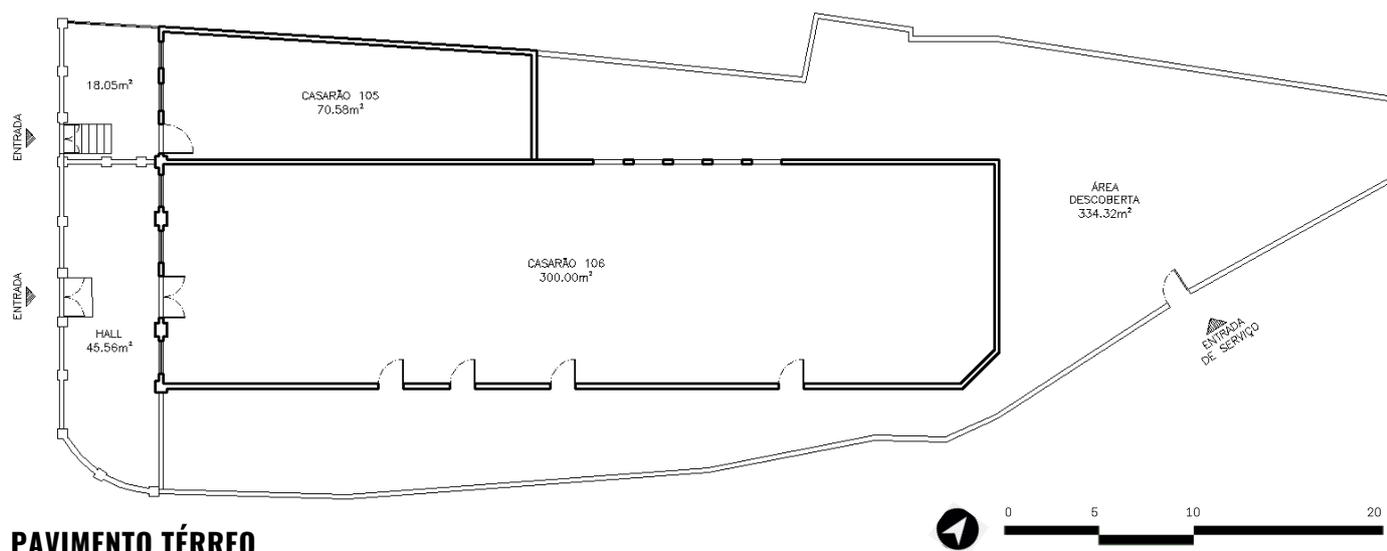


FONTE: BASE SICAR (2018) E SALVADOR (2016) ADAPTADO POR SANTOS (2020)

São poucas as informações acerca da situação fundiária dos antigos casarões. Não constam nos registros do IPAC que estes sejam tombados, apesar de estarem dentro da poligonal de Tombamento do Centro Histórico. Sobre o casarão 105, onde funcionava a Biblioteca Anísio Teixeira, sabe-se, porém, que a Fundação Pedro Calmon afirma tratar-se de um imóvel particular. Populares declaram que há um casal morando nos fundos da casa há, pelo menos, quatro anos.

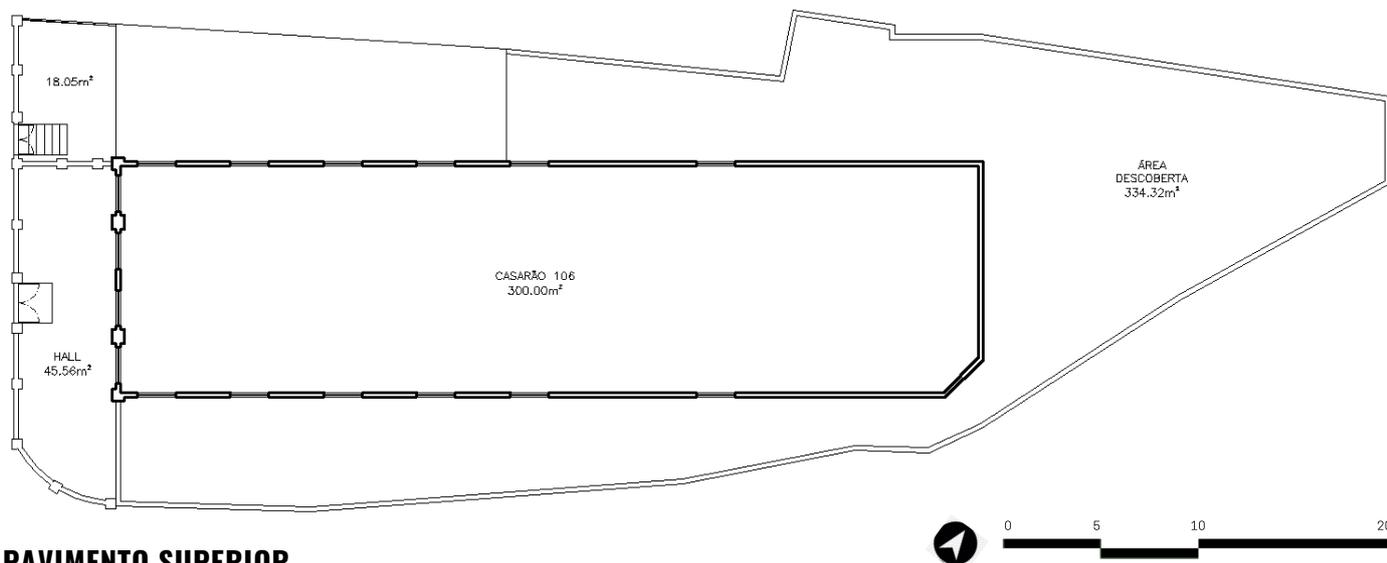
O casarão 106 foi doado ao Estado pelo Instituto Esperanto em 1982. Em 2013 foi cedido ao Instituto Genealógico da Bahia, e em 2015 iniciou-se o processo de devolução. Concluído o processo a Superintendência de Patrimônio (SUPAT) deveria realizar uma avaliação técnica para assim destinar um novo uso.

FIGURA 36: CADASTRO PAVIMENTO TÉRREO



PAVIMENTO TÉRREO

FIGURA 37: CADASTRO PAVIMENTO SUPERIOR



PAVIMENTO SUPERIOR

FONTE: SANTOS (2020)

A partir do levantamento cadastral disponibilizado e de visitas a campo para aproximação com o objeto de estudo e captura das primeiras fotografias, tornou-se possível identificar que a ocupação do lote acompanha as determinações do estilo onde cria-se uma espécie de vestíbulo na entrada principal e, muito diferente da arquitetura colonial produzida anteriormente, cria o recuo em apenas um dos lados ou no fundos das casas. Há o emprego de balaústres e prevalece a estrutura composta por base, corpo e coroamento.

O casarão 105, de menor área construída, possui apenas o pavimento térreo, enquanto o casarão 106, dois pavimentos.

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO

As construções chamam a atenção de quem transita diariamente pela Avenida Sete de Setembro. A riqueza de detalhes contida na fachada fica ocultada em função dos sinais de abandono que se multiplicam por toda parte (Figura 38).

FIGURA 38: ESTUDO DE INSOLEJAMENTO E VENTILAÇÃO NA PREEXISTÊNCIA



FONTE: SOL-AR (2020) E BASE SICAR (2018) ADAPTADO POR SANTOS (2020)

O teto cedeu, as paredes estão pichadas e grafitadas, balaústres e ladrilho quebrados, janelas quebradas ou vedadas com alvenaria e lixo acumulado por toda parte, resultando em mau cheiro e atraindo insetos e roedores (Figura 39).

FIGURA 39: SINAIS DE DETERIORAÇÃO EM TODA A FACHADA PRINCIPAL

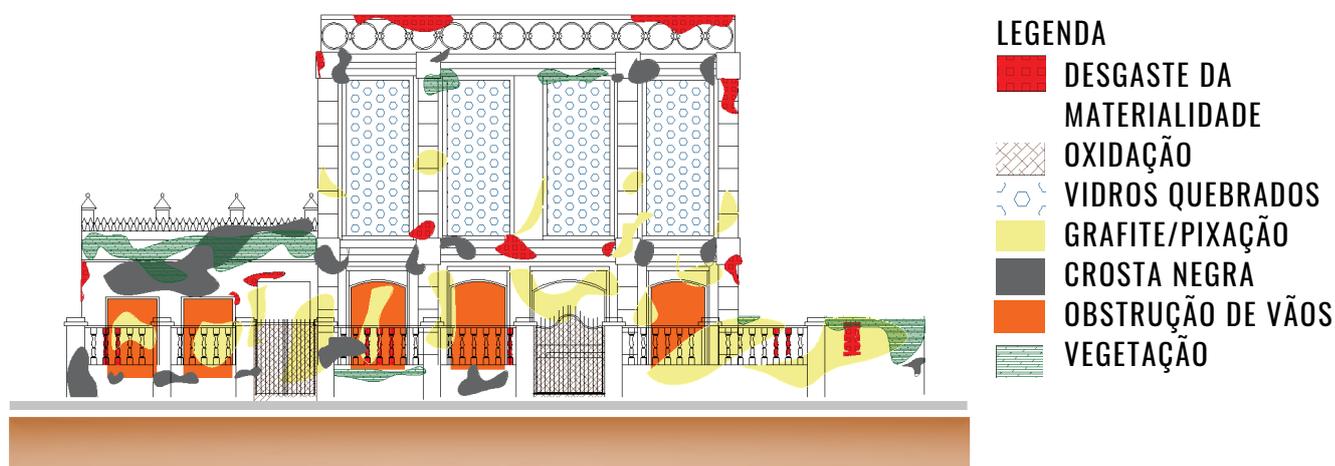


FONTE: SANTOS, 2019

Como forma de constatar o mau estado em que se encontram as edificações foi elaborado o mapa de danos que se propõe a sintetizar os sinais de deterioração e apresentá-los através de representação gráfica clara nas duas principais fachadas, relacionando os possíveis agentes e causas.

Os registros fotográficos utilizados apontaram a presença de balaústres e janelas destruídas ou com vidros quebrados, vegetação parasitária, ausência de cobertura, crosta negra, sinais de corrosão nos gradis e ações antrópicas como o preenchimento das portas e algumas das janelas com alvenaria, prática comum para estabilizar a edificação e evitar a ocupação por populares. Foi possível observar também um grande pano de fachada, voltado para o Largo de São Bento, que chama a atenção por ter sido transformado numa verdadeira mostra de sobreposições de grafites e pichações.

FIGURA 40: MAPEAMENTO DE DANOS NA FACHADA SUDOESTE



FONTE: SANTOS (2020)

Outro imóvel importante adjacente aos casarões e o Largo de São Bento é o Hotel de Viajantes São Bento. Juntos compõem o cenário de descaso do patrimônio edificado na cidade de Salvador (Figura 41).

FIGURA 41: ABANDONO DO HOTEL SÃO BENTO



FONTE: GOOGLE MAPS (2018)

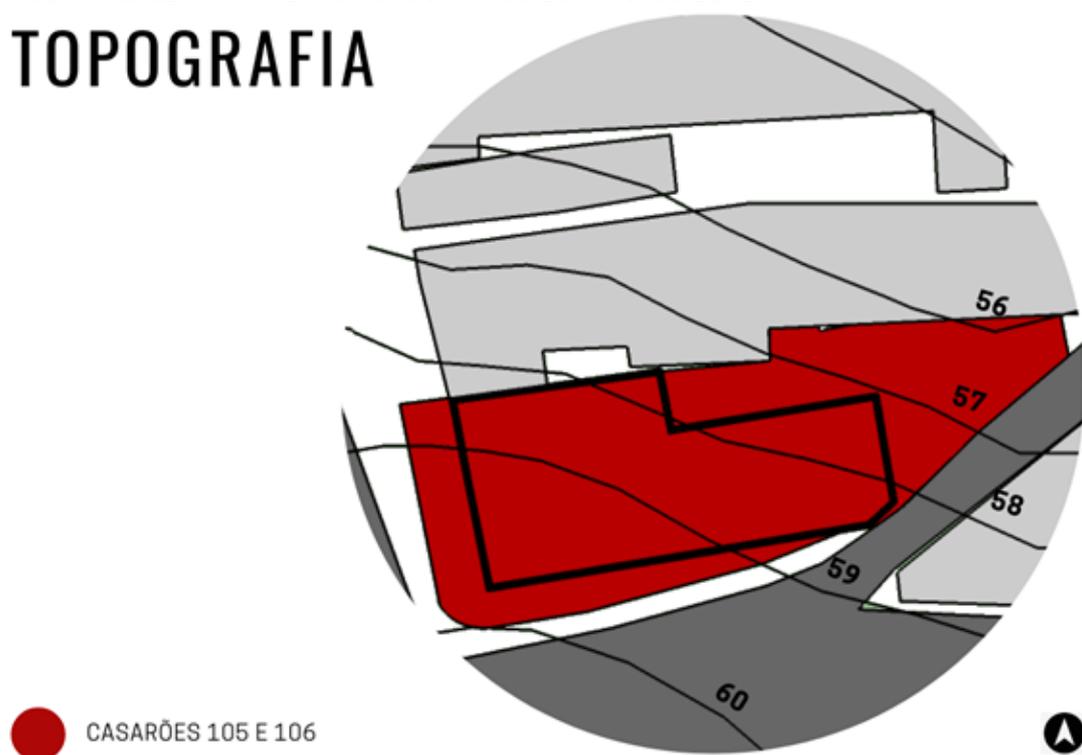
LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO

LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO

A preexistência encontra-se a 60,00m na ladeira que conduz ao Largo de São Bento (Figura 42).

FIGURA 42: LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DENTRO DO LOTE

TOPOGRAFIA



FONTE: BASE SICAR (2018) E SALVADOR (2016) ADAPTADO POR SANTOS (2020)

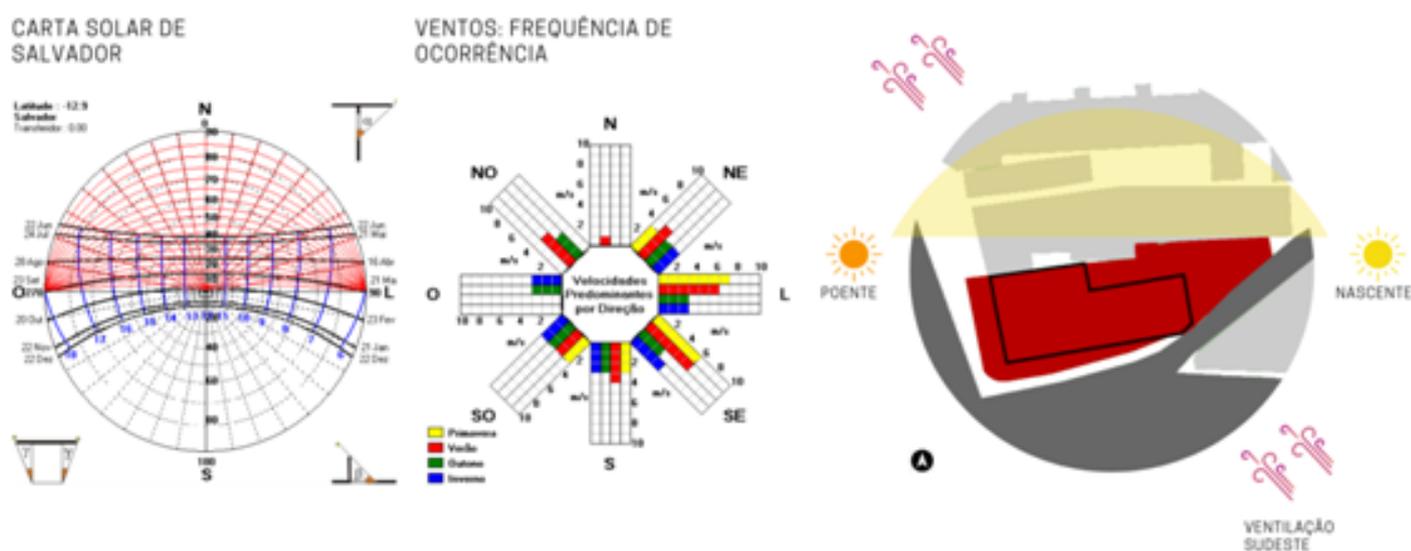
ESTUDOS CLIMÁTICOS

ESTUDOS CLIMÁTICOS

A fachada principal está voltada para o poente e a fachada posterior para o nascente. Em função do grande número de edificações altas e uma árvore logo a frente dos casarões não é possível obter uma vista da Baía de Todos os Santos, embora a fachada principal esteja voltada para ela, mas há garantia de sombreamento em momentos diferentes do dia.

A ventilação predominante à sudeste incide diretamente sobre a lateral de maior dimensão da edificação, onde estão um maior número de vãos de porta e janela (Figura 43).

FIGURA 43: ESTUDO DE INSOLEJAMENTO E VENTILAÇÃO NA PREEXISTÊNCIA



FONTE: SOL-AR (2020) E BASE SICAR (2018) ADAPTADO POR SANTOS (2020)

CONSIDERAÇÕES GERAIS DA PREEXISTENCIA

CONSIDERAÇÕES GERAIS DA PREEXISTENCIA

O terreno contendo a preexistência está situado em local de grande circulação de pedestres, próximo à Igreja e Largo de São Bento e a diversas lojas de médio e grande porte, além de acesso facilitado aos bairros da Barroquinha e Comércio.

Há pequenas variações de nível na topografia do terreno, fachada principal a oeste e ventilação sudeste incidindo sobre maior dimensão da preexistência.

O novo uso definido para os casarões está em conformidade com o recomendado para a Zona de Centralidade Metropolitana - Centro Antigo (ZCMe-CA) na Lei Municipal nº 9.069/2016 a começar pela recuperação de espaços e imóveis degradados e/ou ociosos, destinando-os à equipamentos de uso misto ou moradia, a fim de reverter o decréscimo populacional característico desta região.

PROPOSTA PROJETUAL



PROPOSTA PROJETUAL

PROPOSTA PROJETUAL

Neste item serão descritas as diretrizes de projeto, o programa de necessidades e a setorização do programa dentro da preexistência.

7.1 Diretrizes de projeto

Devem ser consideradas as seguintes diretrizes de projeto:

- Propor espaços convidativos e aberto: utilização de soluções arquitetônicas que permitam ao assistido ter maior visibilidade do que acontece para além da recepção, minimizando a sensação de desconfiança e insegurança tão comum entre as pessoas em situação de rua.
- Valorizar os espaços comuns: assegurar que os espaços de convivência, apesar de abertos, sejam como um refúgio da rua e que facilitem a interação entre a equipe técnica e os assistidos. A horta comunitária e a biblioteca foram pensados como espaços ao ar livre que estimulam a socialização e o senso de comunidade.
- Propor espaços ventilados e aconchegantes: áreas voltadas à atividades coletivas de qualificação e inclusão digital deve-se investir em grandes aberturas e mobiliário versátil.
- Propor espaços amplos, iluminados e bem arejados: iluminação e ventilação natural abundante sobretudo nos locais destinados à alimentação e no dormitório.
- Garantir a privacidade no albergue: além do acesso controlado, é importante ressaltar que para muitos dos assistidos a ideia de passar a noite com estranhos não é confortável, o que em alguns casos acaba sendo um empecilho na utilização do serviço. Como forma de mitigar o problema sugere-se a utilização de barreiras visuais, tais como divisórias móveis, que permitem criar espaços com maior privacidade.

7.2 Programa de necessidades e dimensionamento

O projeto é idealizado para ser um bloco bem situado onde reúnem-se os principais agentes no enfrentamento da problemática envolvendo a POP rua. Para tanto foram criados sete diferentes setores voltados às necessidades básicas, tais como comer, higienizar-se e dormir e a garantia de acesso à lazer, assistência social e capacitação.

Tomando como base as informações extraídas do referencial teórico, da análise do entorno, o conceito de projeto e suas diretrizes foi elaborado o programa de necessidades. Para a elaboração deste foram consultados os já citados projetos de referências e consideradas as principais atividades realizadas no local tanto pelo público externo quanto pela equipe de suporte em função do contexto cultural da qual estão inseridos.

Na construção do dimensionamento dos espaços considerou-se também os ambientes preexistentes, tendo em vista reutilizá-los com o menor número de intervenções possíveis atendendo à população de 50 pessoas.

TABELA 1: PROGRAMA DE NECESSIDADES E DIMENSIONAMENTO

PROGRAMA DE NECESSIDADES E DIMENSIONAMENTO				
ACOLHIMENTO				
AMBIENTE	QUANTIDADE	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)	OBS.
RECEPÇÃO/ATENDIMENTO	1,00	24,50	24,50	Balcão, guarda volumes
GUARDA DE CARRINHOS DE RECICLAGEM	1,00	25,70	25,70	8 vagas para carrinhos com 1,20x2,60
LAVABO	1,00	1,80	1,80	
ÁREA TOTAL ACOLHIMENTO (m ²)			52,00	
LAZER				
AMBIENTE	QUANTIDADE	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)	OBS.
ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA	1,00	116,40	116,40	Área ampla, aberta, para interação
HORTA COMUNITÁRIA	1,00	40,32	40,32	Espaço aberto
BIBLIOTECA	1,00	69,06	69,06	Espaço aberto de leitura
ÁREA TOTAL LAZER (m ²)			225,78	
HIGIENE				
AMBIENTE	QUANTIDADE	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)	OBS.
SANITÁRIO FEMININO	2,00	23,22	46,44	
SANITÁRIO MASCULINO	2,00	22,27	44,54	
SANITÁRIO PCD	2,00	4,25	8,50	
BARBEARIA	1,00	28,00	28,00	
ÁREA TOTAL HIGIENE (m ²)			99,48	
SERVIÇO				
AMBIENTE	QUANTIDADE	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)	OBS.
COZINHA	1,00	57,60	57,60	
DESPENSA	1,00	5,00	5,00	
NUTRICIONISTA	1,00	2,55	2,55	
SANITÁRIO	1,00	2,76	2,76	
REFEITÓRIO	1,00	197,50	197,50	
DML	1,00	3,70	3,70	
LIXO	1,00	7,00	7,00	
ÁREA TOTAL SERVIÇO (m ²)			276,11	

ASSISTÊNCIA SOCIAL E CAPACITAÇÃO				
AMBIENTE	QUANTIDADE	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)	OBS.
SALA MULTIUSO	1,00	68,76	68,76	
ÁREA TOTAL ASSISTÊNCIA SOCIAL E CAPACITAÇÃO (m ²)			68,76	

ADMINISTRAÇÃO				
AMBIENTE	QUANTIDADE	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)	OBS.
COORDENAÇÃO	1,00	9,80	9,80	
SECRETARIA	1,00	6,47	6,47	
DESCANSO FUNCIONÁRIOS	1,00	13,47	13,47	
ÁREA TOTAL ADMINISTRAÇÃO (m ²)			29,74	

ALBERGUE				
AMBIENTE	QUANTIDADE	ÁREA UNITÁRIA (m ²)	ÁREA TOTAL (m ²)	OBS.
DORMITÓRIO ALA FEMININA	1,00	62,00	62,00	
DORMITÓRIOS ALA MASCULINA	1,00	106,30	106,30	
ÁREA TOTAL ALBERGUE (m ²)			168,30	

ÁREA CONSTRUÍDA TOTAL (m ²)	920,17
ÁREA DO TERRENO (m ²)	824,60
ÁREA OCUPADA (m ²)	463,24
ÁREA DESCOBERTA (m ²)	361,36
ÁREA CONSTRUÍDA PREEXISTÊNCIA (m ²)	710,06

FONTE: SANTOS (2020)

Após ter sido criado o programa de necessidades, foi desenvolvido o fluxograma e setorização. A criação destes logo no início do projeto fora imprescindível para compreender a distribuição dos espaços previstos dentro da área preexistente tomado como base a localização dos acessos e o alinhamento dos sanitários.

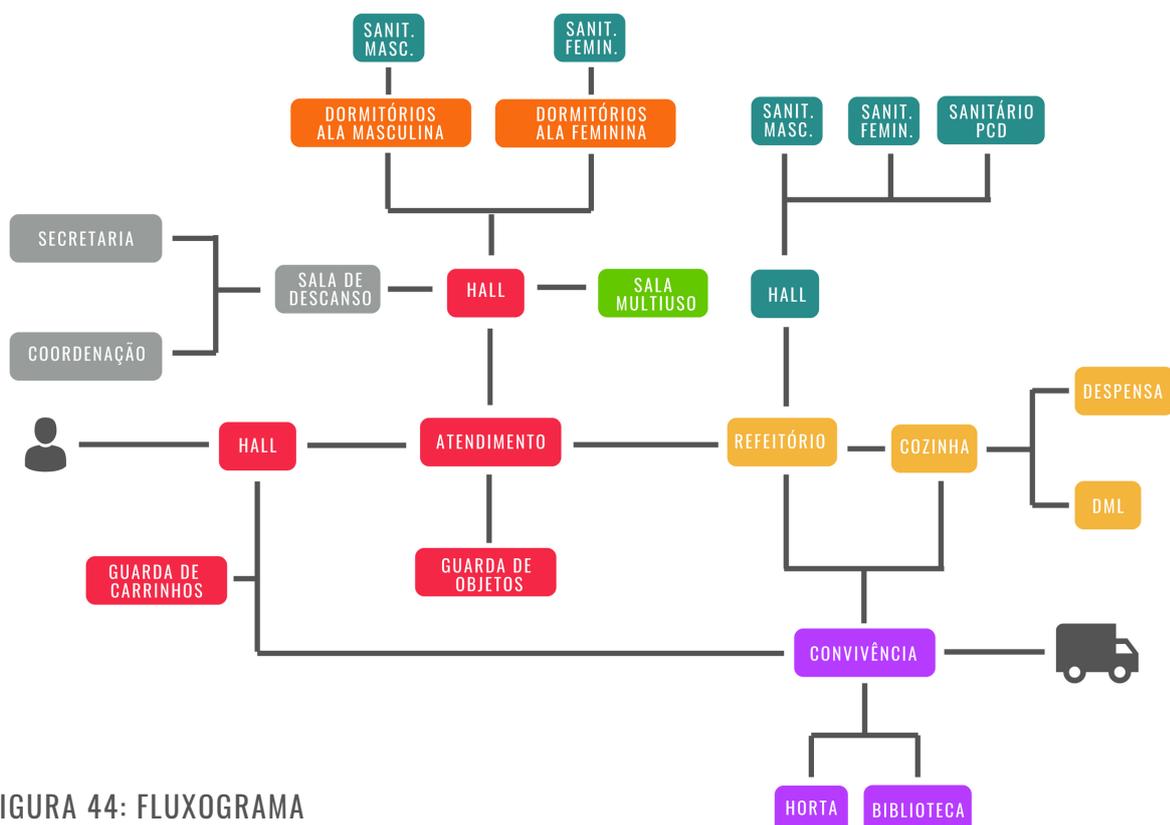


FIGURA 44: FLUXOGRAMA
FONTE: SANTOS (2020)

FIGURA 45: SETORIZAÇÃO DO PROGRAMA NO PAVIMENTO TÉRREO

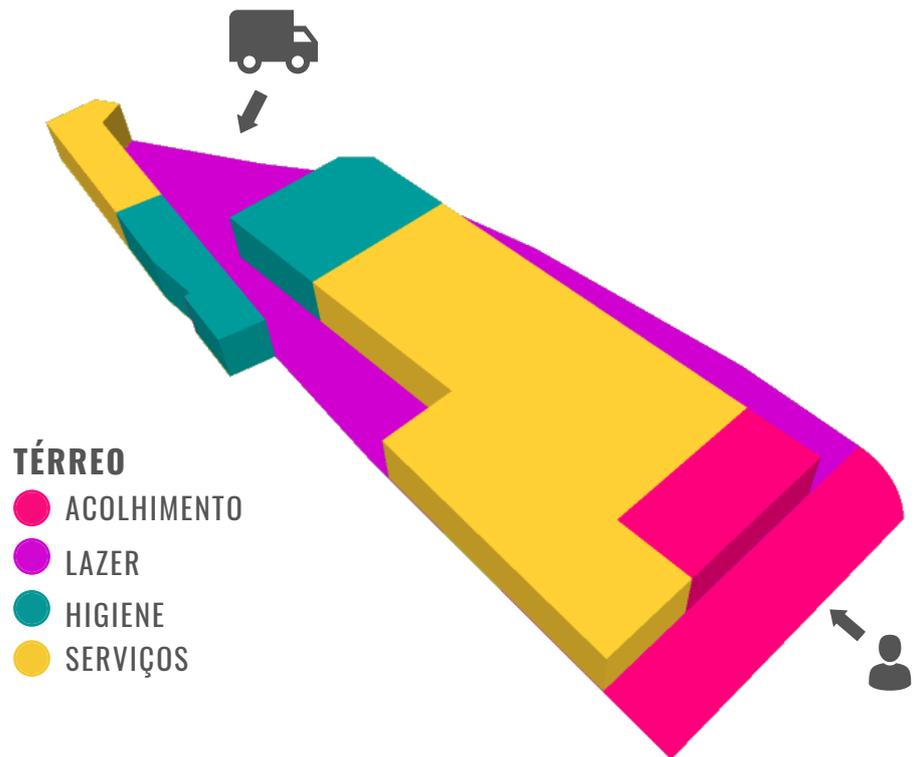


FIGURA 46: SETORIZAÇÃO DO PROGRAMA NO PAVIMENTO SUPERIOR



FONTE: SANTOS, 2020

Todo esse processo visa suprir a complexidade de se desenvolver um projeto em preexistência. Cada um dos passos, elaborados com aprofundamento e clareza, serviram de subsídios para traçar uma visão mais ampla do estado da arte e guiar na correta escolha das intervenções a serem feitas.

6.2.5 Desenvolvimento da proposta

FIGURA 47: FACHADA PRINCIPAL DO CENTRO DE ACOLHIMENTO
FONTE: SANTOS (2020)



O cenário de segregação, fragilidade ou quebra de vínculos afetivos e familiares contribui para a solidão, individualidade e a falta de senso de comunidade da pessoa em situação de rua.

Na implantação de um Centro de Acolhimento as diferentes possibilidades de uso e a heterogeneidade do público e dos agentes envolvidos na promoção de bem estar social, podem se tornar empecilhos na assimilação de um espaço compartilhado. Propõe-se, portanto, uma arquitetura que reforce as relações humanas e abra espaço para interações das mais diversas.

FIGURA 48: VISTA DE ESQUINA DO CENTRO DE ACOLHIMENTO



FONTE: SANTOS (2020)

Respeitando os princípios estabelecidos pelos teóricos defensores do Restauro Crítico os elementos novos adicionados à fachada eclética não sobrepõem o gabarito da edificação e fazem distinção clara entre os materiais.

O "painel invisível", em Aço corten, medindo 5,40 x 4,80m instalado na fachada oeste, além de um elemento estético se comporta como um verdadeiro manifesto à invisibilidade do patrimônio e da PSR, principal ênfase deste projeto. Suas aberturas de 6 cm passam despercebidas aos olhos dos pedestres durante o dia. A noite porém, com o acionamento das fontes luminosas na parte interna, seu desenho é revelado.

O painel preenche todo o pano de fachada da sala multiuso e se trata de uma estratégia bioclimática, visto que bloqueia a incidência solar durante o dia, funcionando como quebra-sol.

FIGURA 49: MODELO PROPOSTO DO PAINEL INVÍSEL

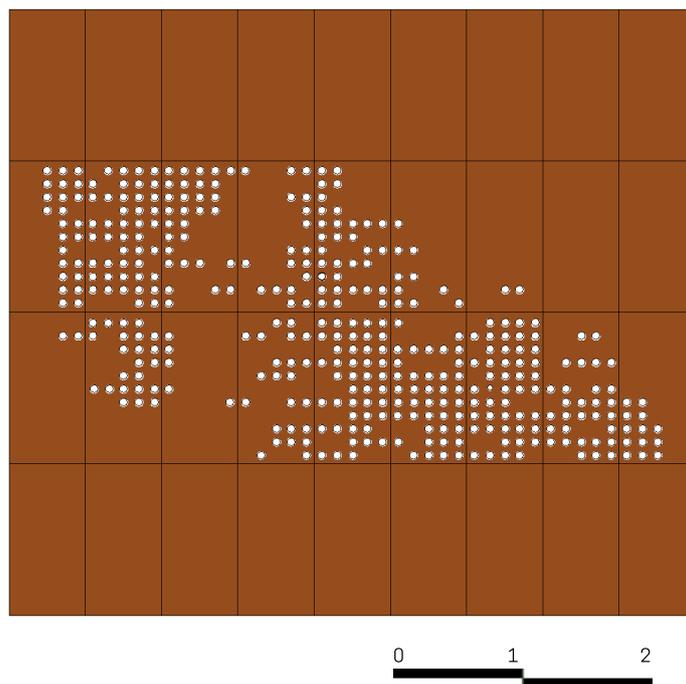
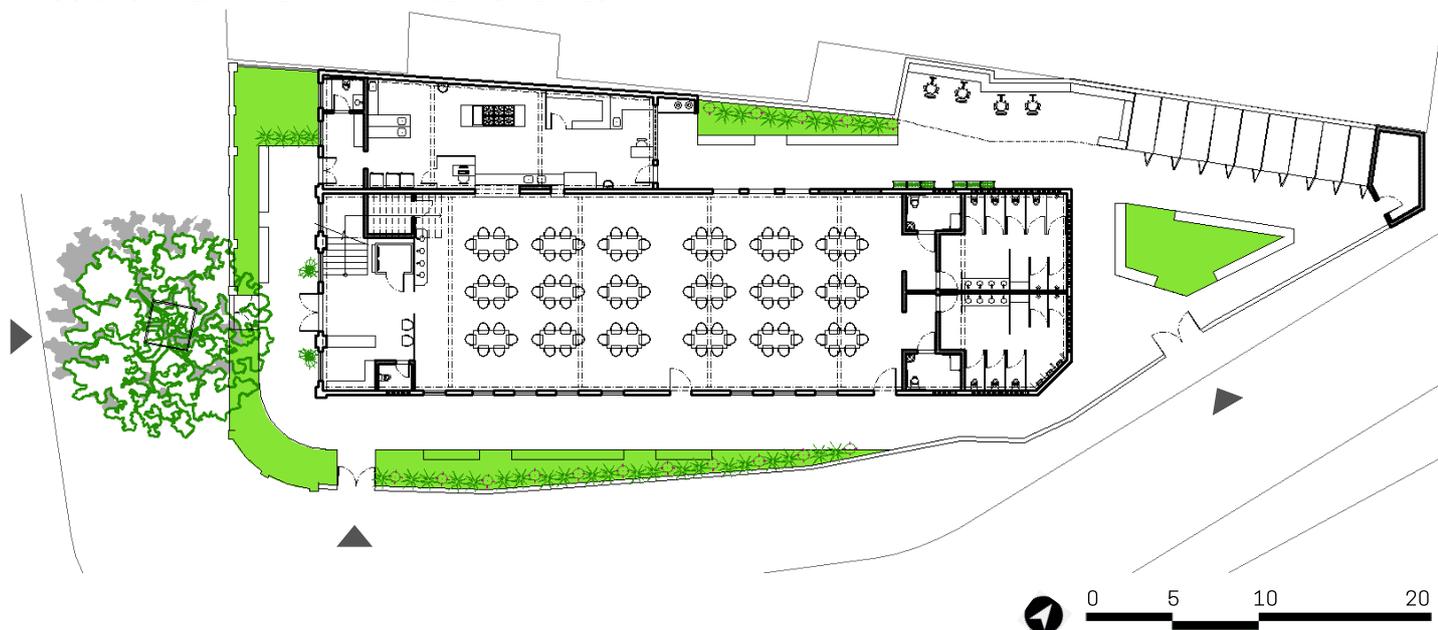


FIGURA 50: PAINEL INVÍSEL APLICADO A FACHADA



FONTE: SANTOS (2020)

FIGURA 51: PLANTA BAIXA PAVIMENTO TÉRREO



Adentrando a edificação pelas duas principais entradas o indivíduo será conduzido à recepção para guarda de volumes e triagem do serviço prestado. Esta tem ligação imediata com o refeitório que é um espaço amplo, provido de mesas em formato retangular, que permitem o agrupamento, possibilidade de abrigar novos usos e servir como espaço de encontro e convívio do grupo.

A cozinha, onde são preparadas as refeições servidas, tem ligação direta com a entrada de serviço e facilitam o fluxo de mantimentos bem como a retirada dos resíduos sólido e orgânicos produzidos.

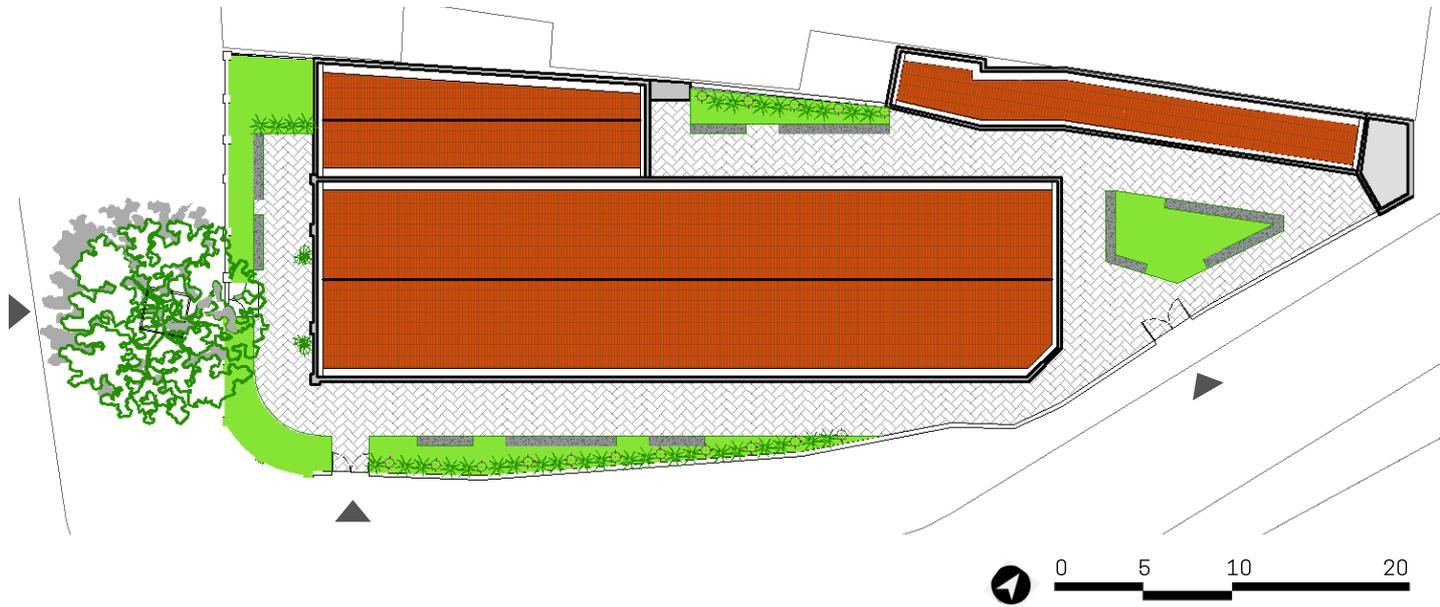
Seguindo as recomendações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) foram estabelecidos espaços de higienização e troca de roupa dos funcionários e pias exclusivas para a lavagem das mãos. Nestas condições é também exigida a presença de um profissional de nutrição para garantir a segurança no preparo dos alimentos.

FIGURA 52: INTERLIGAÇÃO DA AVENIDA SETE DE SETEMBRO E RUA VISCONDE DE OURO PRETO



É conhecido de que uma grande parcela da pop rua se mantém à partir da coleta de materiais recicláveis. A falta de espaços reservados para acomodar os grandes carros de reciclagem se torna um empecilho na utilização do serviço. Foram disponibilizados em projeto um número de nove vagas, medindo 1,20 x 2,60m que corresponde a 18% da capacidade de ocupação dos dormitórios.

FIGURA 53: PAISAGISMO DA ÁREA DE CONVIVÊNCIA



É conhecido de que uma grande parcela da pop rua se mantém à partir da coleta de materiais recicláveis. A falta de espaços reservados para acomodar os grandes carros de reciclagem se torna um empecilho na utilização do serviço. Foram disponibilizados em projeto um número de nove vagas, medindo 1,20 x 2,60m que corresponde a 18% da capacidade de ocupação dos dormitórios.

FIGURA 54: VISTA AMPLIFICADA DA PARTE POSTERIOR DA EDIFICAÇÃO

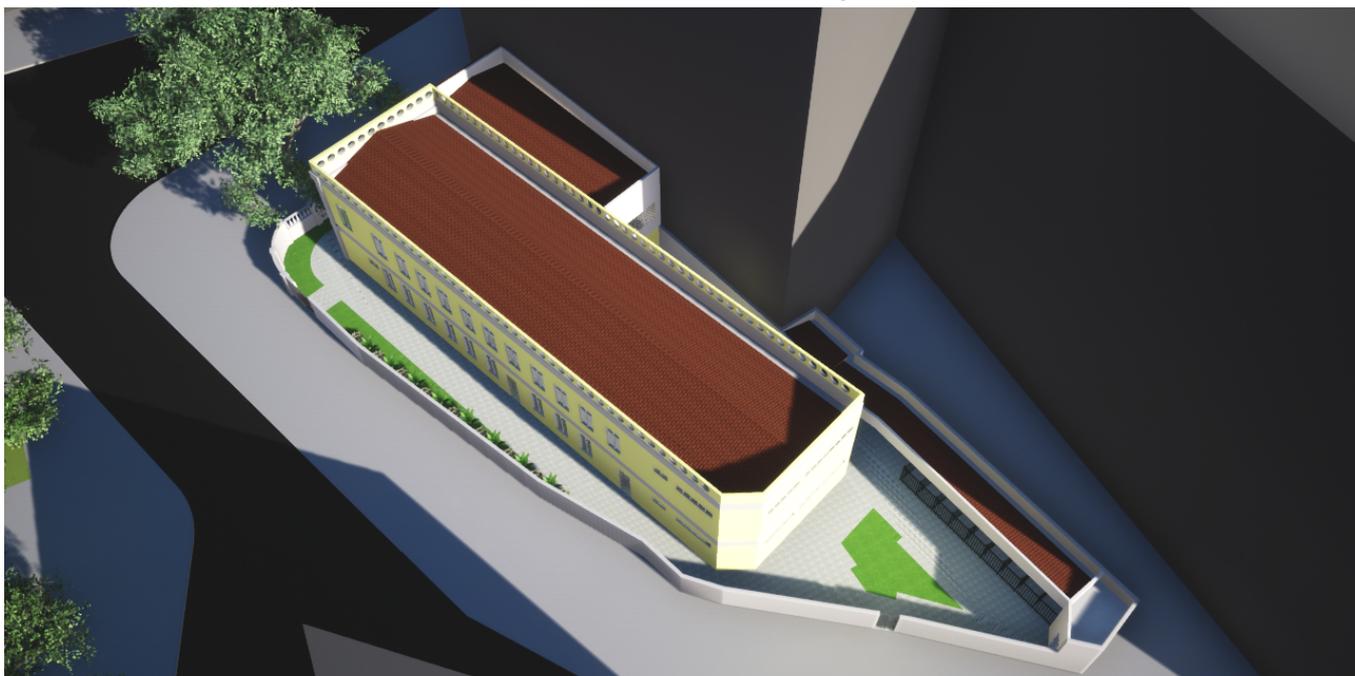
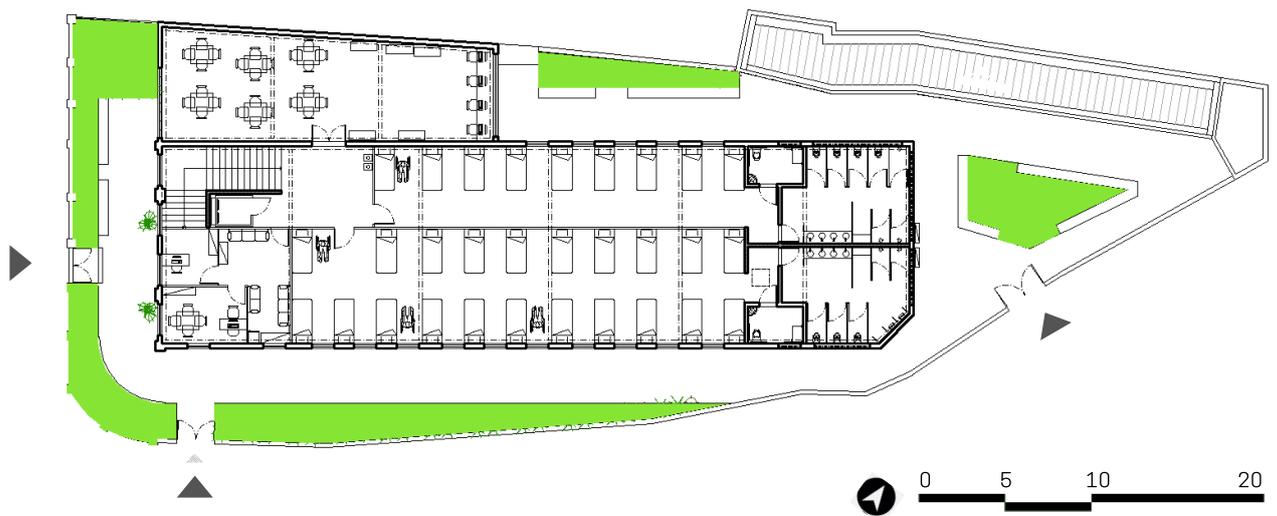


FIGURA 55: PROPOSTA DE MOBILIÁRIO COM CAIXOTES



Como princípio para reforçar as relações humanas e potencializar a interação investiu-se em estratégias propositalmente criadas para serem compartilhados, tais como a horta e a biblioteca, ambos ao ar livre e montados à partir da utilização de caixotes de madeira.

FIGURA 56: PLANTA BAIXA PAVIMENTO SUPERIOR



A fim de tornar facilitado o acesso da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida ao pavimento superior, criou-se um bloco de circulação vertical composto por escada e plataforma elevatória.

Integrando os espaços presentes no pavimento superior optou-se pela criação de uma sala multiuso, a fim de evitar a segmentação das atividades de qualificação. Este é um espaço dotado de mobiliário versátil e destinado à capacitação ou outras atividades em grupo realizadas pela instituição ou por entidades parceiras, e inclusão digital.

Os dormitórios são separados por sexo e a quantidade de camas e a delimitação da área é leva em consideração que há um número muito maior de homens vivendo nas ruas e que, conseqüentemente se utilizam do serviço.

Tanto o pavimento térreo quanto o superior possuem sanitários feminino, masculino e PCD, com área e ventilação adequada, conforme recomendado na NBR 9050 e legislação vigente, e o abastecimento de água de todo o local é feito através de reservatórios situados acima dos mesmos.

Por ocasião do desconhecimento da situação estrutural da mesma optou-se fazer uso de estrutura em aço que além de mais rápida é mais leve, sendo adequada aos projetos de reuso.

A cobertura de todos os blocos é de telha cerâmica do tipo colonial, respeitando a linguagem construtiva do local.

No geral foram adotadas soluções que interviessem no existente concebendo um conjunto satisfatório ao seu novo uso e harmônico em seu entorno, evidenciando as características de flexibilidade que um local compartilhado demanda.

FIGURA 57: IMAGEM NOTURNA DE IMPLANTAÇÃO DO PROJETO



CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário de desigualdade das cidades em todo o mundo está demonstrada, entre outras coisas, pelo crescimento no número de pessoas vivendo nos logradouros públicos, em situações subumanas. Apesar de ser um trabalho complexo, faz-se necessário discutir as contribuições de diversos profissionais, incluindo o arquiteto e urbanista, para traçar um caminho que reverta, progressivamente, esse contexto e forneça subsídios na construção de espaços de amparo as suas necessidades, tal como a proposta deste Trabalho Final de Graduação na implantação de um Centro de Acolhimento para pessoas em situação de rua.

A partir da leitura e síntese dos autores e textos propostos pode-se identificar que algumas das dificuldades envolvidas no cuidado da pessoa em situação de rua estão relacionadas à complexidade de quantificar e caracterizar o grupo e ao próprio desinteresse dos agentes públicos em buscar e indicar soluções concretas ao problema.

O estudo urbanístico, que resultou na produção de mapas, evidenciou as potencialidades e necessidades do Centro Antigo de Salvador na oferta de bens de consumo e serviço, espaços públicos e áreas verdes, mobilidade e infraestrutura urbana, assim como importantes aspectos climáticos que são de grande importância na construção de um projeto com condições de conforto adequadas e que demonstraram ser totalmente capazes de acomodar a função e programa propostos.

Por meio de pesquisas direcionadas aos núcleos de atendimento de iniciativa pública e privada em Salvador pode-se observar, num geral, a ausência de ações integradas, que agreguem as necessidades básicas e aquelas voltadas à ressocialização do indivíduo que recebe acompanhamento e portanto este foi um projeto desafiador.

Apesar de prazeroso o processo na elaboração de um projeto como este exigiu intensa preocupação de que as diferentes possibilidades de uso e a heterogeneidade do público se tornassem empecilhos na assimilação de um espaço compartilhado.

A área das edificações escolhidas também estiveram em cheque. Cogitou-se ampliar a edificação principal em um pavimento em função da demanda comprovada, mas as diretrizes recomendadas para a área tornaram-se eram inegociáveis. Sabe-se também que ampliando a capacidade de dormitórios, seria necessário ampliar a cozinha, o refeitório e outras áreas essenciais ao atendimento das necessidades dos assistidos, no entanto não se dispunha de espaço.

Ornar cada nova solução com os elementos presentes numa construções do século XIX não foi uma tarefa fácil. Um atenção especial foi dada a esse tópico a fim de evitar que as soluções atuais ganhassem maior destaque, dialogassem com o conceito de projeto e fossem viáveis economicamente.

Dentro da academia continua se fazendo necessário estimular os estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo a aplicar os conhecimentos adquiridos às demandas reais de sua cidade, incluindo aqueles relacionados aos problemas sociais. Considerando que o arquiteto é antes de tudo um ser humano o seu olhar atento deve se estender também aquele que é pouco notado e que não tem sua voz amplificada.

Longe de ser a resposta definitiva à desigualdade social de nossos dias o projeto deste Centro de Acolhimento ressalta o importante papel do arquiteto e urbanista como agente ativo na compreensão de questões relevantes socialmente.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

BAHIA. Decreto Estadual nº 7.595/1999. Cria a Área de Proteção Ambiental - APA da Baía de Todos os Santos e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.inema.ba.gov.br/wp-content/uploads/2011/09/Dec7595.pdf>>.

Acesso em: 27 abr 2020.

BAHIA. Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social. Corra pro abraço. Disponível em: <<http://www.justicasocial.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=60>>. Acesso em: 07 mar 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 06 de mar. de 2020.

BRASIL. Decreto Federal nº 7.053, 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm>. Acesso em 07 de mar. de 2020.

BRASIL. Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm>. Acesso em 06 de mar. de 2020.

BRASIL. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/unidades-de-acolhimento/servico-de-acolhimento-para-adultos-e-familias>>. Acesso em 13 de mar. de 2020.

BRASIL. Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em 06 de mar. de 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua - Centro POP. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/centro-pop>>. Acesso em: 07 mar 2020.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome. Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. -- Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. Disponível em <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf>. Acesso em 07 de mar. de 2020.

BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua. Disponível em: <http://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-08/pol.nacional-morad.rua_.pdf>. Acesso em 07 de mar. de 2020.

Características ambientais da área de influência dos portos. Porto de Salvador. CODEBA. Disponível em: <http://www.codeba.com.br/eficiente/sites/portalcodedba/pt-br/site.php/secao=apresentacao&sm=menu_esquerdo_meio_ambiente>. Acesso em: 27 abr 2020.

CARTA DE VENEZA, 1964. IPHAN. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em 01 dez. 2020.

CARVALHO, Maria Irene. Ética, Serviço Social e “responsabilidade social”: o caso das pessoas idosas. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rk/v14n2/11.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2020.

Centro de acolhimento à população de rua é inaugurado em Pau da Lima. Bahia Notícias. 2014. Disponível em: <<https://www.bahianoticias.com.br/noticia/152528-centro-de-acolhimento-a-populacao-de-rua-e-inaugurado-em-pau-da-lima.html>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

Concessão do Rio Branco deverá preservar fachada do palácio e visitação gratuita a museu. Bahia Notícias. 2019. Disponível em: <<https://www.bahianoticias.com.br/noticia/239791-neto-anuncia-obras-no-mercado-modelo-articulacao-teria-partido-de-ex-deputado.html>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

CRUZ, Tereza. Ato recorda impunidade de massacre na Praça da Sé. Ponte Jornalismo. 2017. Disponível em: <<https://ponte.org/ato-recorda-impunidade-de-massacre-na-praca-da-se/>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

DIAS, Eduardo. Unidade que acolherá 50 pessoas em situação de rua é inaugurada nos Barris. iBahia. 2019. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/unidade-que-acolhera-50-pessoas-em-situacao-de-rua-e-inaugurada-nos-barris/>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

Estação Campo da Pólvora. CCR Metrô Bahia. Disponível em: <<http://www.ccrmetrobahia.com.br/por-dentro-do-metr%C3%B4/esta%C3%A7%C3%B5es-de-metr%C3%B4/esta%C3%A7%C3%A3o-campo-da-p%C3%B3lvora/>>. Acesso em: 04 mai 2020.

FUSCHINI, Thiago. A pandemia e a população em situação de rua. Ponte Jornalismo. 2020. Disponível em: <<https://ponte.org/a-pandemia-e-a-populacao-em-situacao-de-rua/>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. 2000. Disponível em: <<http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/Yolanda%20Guerra%20instrumentalid.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2020.

Informações gerais. Caixa Cultural Salvador. Disponível em: <<http://www.caixacultural.com.br/SitePages/unidade-informacoes-gerais.aspx?uid=7>>. Acesso em: Acesso em: 28 abr. 2020.

Ladeira de São Bento. Guia Geográfico Salvador Bahia. [s.d]. Disponível em: <<http://www.bahia-turismo.com/salvador/antiga/ladeira-sao-bento.htm>>. Acesso em 11 jun 2020.

LEÃO, Elisângela. A percepção no tempo: Igreja de Santo Antônio da Mouraria, Salvador-Bahia. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, UFBA, Salvador, 2014. Disponível em: <https://ppgau.ufba.br/sites/ppgau.ufba.br/files/dissertacao_-_elisangela_leao_-_2014.pdf>. Acesso em 01 dez. 2020.

LOMBARDI, Antonio. A síndrome da exclusão social: as origens, os fatores de risco, os múltiplos sintomas biopsicossociais ao longo dos períodos do ciclo de vida e os fatores perpetuadores. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ECJS-856HYS>>. Acesso em 24 de mai. 2020.

MARINHO, Nilson; GARRIDO, Yasmin. Requalificação da Avenida Sete começa amanhã; veja como vai ficar em 360°. iBahia. Salvador, 2018. Disponível em: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/requalificacao-da-avenida-sete-comeca-amanha-veja-como-vai-ficar-em-360/>>. Acesso em: 13 abr 2020.

MIRANDA, Milena. Cerca de 20 mil pessoas vivem nas ruas de Salvador. Ministério Público do Estado da Bahia. 2017. Disponível em: <<https://www.mpba.mp.br/noticia/36275>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

MIRANDA, Nadja Conceição de Jesus. População de Rua em Salvador-Ba: estudo dos territórios e do direito à cidade (2005-2015). Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/21042/1/Nadja_Conceicao_Jesus_Miranda.pdf>. Acesso em 13 de mar. 2020.

MIOTO, Odilamar Lopes. Formação Profissional e Trabalho: Aspectos Relativos aos Técnicos de Enfermagem. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2004. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/252748/1/Mioto_OdilamarLopes_M.pdf>. Acesso em 13 mar. 2020.

MORENO, Sayonara. Salvador tem 22 mil pessoas em situação de rua, aponta levantamento. iBahia. Salvador, 2017. Disponível em: <<https://www.ibahia.com/salvador/detalhe/noticia/salvador-tem-22-mil-pessoas-em-situacao-de-rua-aponta-levantamento/>>. Acesso em 20 mai. 2020.

Museu de Arte Sacra (Universidade Federal da Bahia). Wikipedia. Disponível em <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Museu_de_Arte_Sacra_\(Universidade_Federal_da_Bahia\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Museu_de_Arte_Sacra_(Universidade_Federal_da_Bahia))>. Acesso em: 28 abr. 2020

Neto anuncia obras no Mercado Modelo; articulação teria partido de ex-deputado. Bahia Notícias. 2019. Disponível em: <<https://www.bahianoticias.com.br/noticia/239791-neto-anuncia-obras-no-mercado-modelo-articulacao-teria-partido-de-ex-deputado.html>>. Acesso em: 28 abr. 2020

O que é a Cristolândia? CRISTOLÂNDIA. Disponível em: <<https://www.cristolandia.org/>>. Acesso em: 06 mar. 2020.

PEKA, Ederson. O bicho. Blog dos poetas. 2007. Disponível em: <<https://blogdospoetas.com.br/poemas/o-bicho/>>. Acesso em: 06 mar. 2020.

PORTO ALEGRE. Cadastro da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre - 2011. Disponível em <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/cadastro_da_populacao_adulta_em_situacao_de_rua_-_porto_alegre_2012.pdf>. Acesso em 13 de mar. de 2020.

PROJETEEE. Salvador/BA. Disponível em: <http://projeteee.mma.gov.br/dados-climaticos/?cidade=BA+-+Salvador&id_cidade=bra_ba_salvador-magalhaes.intl.ap.832480_try.1961>. Acesso em: 24 abr 2020.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. Lei Municipal nº 9.069/2016. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador - PDDU 2016 e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/07/LEI-n.-9.069-PDDU-2016.pdf>>. Acesso em: 09 abr 2020.

SALVADOR. Prefeitura Municipal. Lei Municipal nº 9.148/2016. Dispõe sobre o Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Salvador e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/09/novalouossancionada.pdf>>. Acesso em: 09 abr 2020.

SALVADOR. Revitalização da Avenida Sete e Praça Castro Alves. Disponível em: <<http://avenida7.salvador.ba.gov.br/>>. Acesso em: 19 mai. 2020.

SALVADOR. Secretaria de Comunicação. UAI Barris vai acolher e ofertar oportunidades a 50 moradores de rua. 2019. Disponível em: <<http://comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php/todas-as-noticias-4/54362-uai-barris-vai-acolher-e-ofertar-oportunidades-a-50-moradores-de-rua>>. Acesso em: 23 abr. 2020

SALVADOR. Secretaria de Mobilidade. Planos inclinados. Disponível em: <<http://www.mobilidade.salvador.ba.gov.br/index.php/planos-inclinados>>. Acesso em: 24 abr. 2020.

SALVADOR. Secretaria Municipal de Saúde. Prefeitura entrega Multicentro de Saúde Carlos Gomes. Disponível em: <<http://www.saude.salvador.ba.gov.br/prefeitura-entrega-multicentro-de-saude-carlos-gomes/>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

SALVADOR. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. CAS - Centro Antigo de Salvador: território de referência. Salvador. SEI, 2013. Disponível em: <<https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/cas/cas.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2020

Salvador terá novo Censo da População de Rua. Projeto Axé. Disponível em: <<http://www.projetoaxe.org/brasil/salvador-tera-novo-censo-da-populacao-de-rua/>>. Acesso em 14 de mai. de 2020.

SANTOS, Elisabete; PINHO, José; MORAES, Luiz; FISCHER, Tânia. O Caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010. Disponível em: <<http://www.meioambiente.ba.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/Livros/caminhodasaguas.pdf>>. Acesso em: 21 mai. 2020

SILVA, M. L. Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil 1995-2005. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Política Social, Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/1763/1/2006_Maria%20Lucia%20Lopes%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2020.

SOUZA, Eduardo; PEREIRA, Matheus. Arquitetura hostil: A cidade é para todos? ArchDaily. 2018. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/888722/arquitetura-hostil-a-cidade-e-para-todos>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

Terminal - Histórico. SOCICAM. Disponível em: <<http://socicamnauticaeturismo.com.br/terminal.php>>. Acesso em: 27 abr. 2020.

The Bridge Homeless Assistance Center / Overland Partners. ArchDaily. 2011. Disponível em: <<https://www.archdaily.com/115040/the-bridge-homeless-assistance-center-overland-partners>>. Acesso em 25 de mar. de 2020.

Unidade do Projeto Axé é roubada; prejuízo impactará na retomada das atividades. A tarde. Salvador, 2020. Disponível em: <<https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/2124959-unidade-do-projeto-axe-e-roubada-prejuizo-impactara-na-retomada-das-atividades>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

ANEXO A			
Nº	NOME	LOCALIZAÇÃO	MUNICÍPIO
1	Ilha Binbarras	Norte da baía	São Francisco do Conde
2	Ilha Cajaíba	Norte da baía	São Francisco do Conde
3	Ilha das Fontes	Norte da baía	São Francisco do Conde
4	Ilha do Pati	Norte da baía	São Francisco do Conde
5	Ilha Chegado	Norte da baía	Santo Amaro
6	Ilha Guarapira	Norte da baía	Santo Amaro
7	Ilha Coroa Branca	Norte da baía	Santo Amaro
8	Ilha Grande	Norte da baía	Santo Amaro
9	Ilha Pequena	Norte da baía	Santo Amaro
10	Ilha de Madre de Deus	Centro-Norte da baía	Madre de Deus
11	Ilha Maria Guarda	Centro-Norte da baía	Madre de Deus
12	Ilha do Capeta	Centro-Norte da baía	Madre de Deus
13	Ilha das Vacas	Centro-Norte da baía	Madre de Deus
14	Ilha dos Coqueiros	Centro-Norte da baía	Salvador
15	Ilha de Stº Antonio	Centro-Norte da baía	Salvador
16	Ilha do Frade	Centro-Norte da baía	Salvador
17	Ilha do Bom Jesus	Centro-Norte da baía	Salvador
18	Ilha do Medo	Parte Central da baía	Itaparica
19	Ilha de Itaparica	Centro-Sul e Sudoeste da baía	Itaparica/Vera Cruz
20	Ilha da Madeira	Canal de Itaparica	Salinas das Margaridas
21	Ilha da Ponta Grossa	Canal de Itaparica	Salinas das Margaridas
22	Ilha da Pesca	Canal de Itaparica	Salinas das Margaridas
23	Ilha de Matarandiba	Canal de Itaparica	Vera Cruz
24	Ilha da Saraiba	Canal de Itaparica	Vera Cruz
25	Ilha das Canas	Canal de Itaparica	Vera Cruz
26	Ilha do Gal	Canal de Itaparica	Vera Cruz
27	Ilha das Carapitubas	Canal de Itaparica	Vera Cruz
28	Ilha do Olho Amarelo	Canal de Itaparica	Vera Cruz
29	Ilha do Boqueirão	Canal de Itaparica	Vera Cruz
30	Ilha dos Porcos	Canal de Itaparica	Vera Cruz

30	Ilha dos Porcos	Canal de Itaparica	Vera Cruz
31	Ilha de Fora	Canal de Itaparica	Vera Cruz
32	Ilha dos Poços	Canal de Itaparica	Jaguaripe
33	Ilha Carapeba	Canal de Itaparica	Jaguaripe
34	Ilha do São Gonçalo	Canal de Itaparica	Jaguaripe
35	Ilha do Monte Cristo	Canal do Paraguaçu	Saubara
36	Ilha do Arromba	Canal do Paraguaçu	Saubara
37	Ilha dos Coelhoos	Canal do Paraguaçu	Maragojipe
38	Ilha dos Porcos	Canal do Paraguaçu	Maragojipe
39	Ilha Memem	Baía do Iguape	Maragojipe
40	Ilha do Pecado	Baía do Iguape/Rio Guai	Maragojipe
41	Ilha do Francês	Baía do Iguape	Maragojipe
42	Ilha das Garças	Baía do Iguape	Cachoeira
43	Ilha da Maré	Leste da baía	Salvador
44	Ilha do Topete	Leste da baía	Candeias
45	Ilha do Aratu	Baía do Aratu	Simões Filho

